

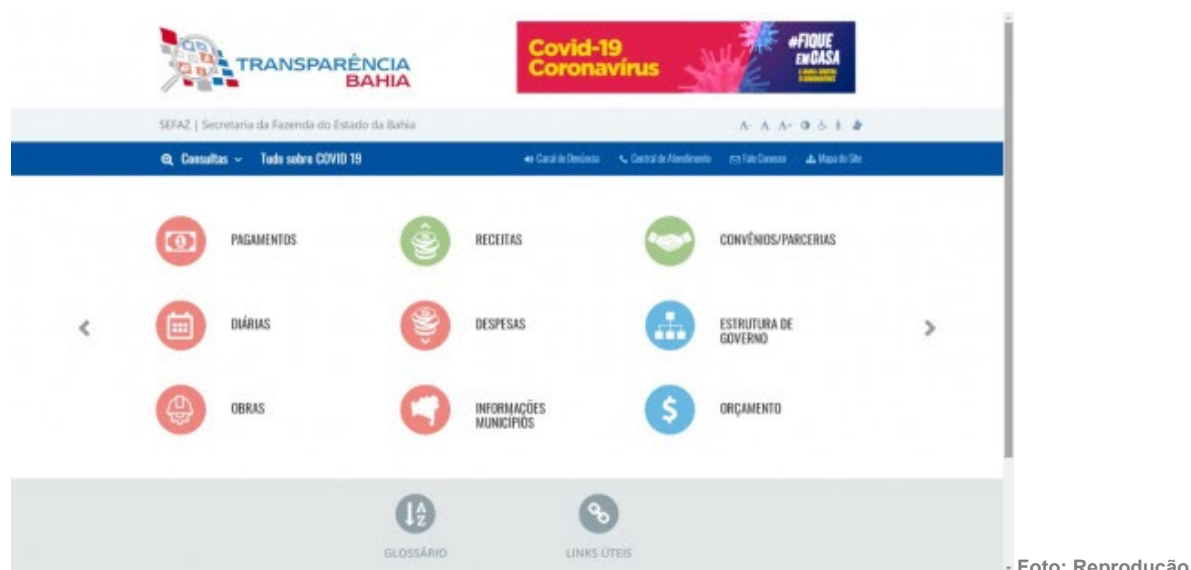
Veículo: Varela Notícias	Coronavírus
Data: 22/06/2020	



22/06/20 às 09h57 - Atualizado em 22/06/20 às 09h57

Governo do Estado amplia transparência durante pandemia em novo portal

A principal novidade é um painel de BI (Business Intelligence) que permite ao cidadão acesso completo e customizado aos dados, assegurando total transparência às ações governamentais



Redação VN

redacao@varelanoticias.com

O Governo do Estado divulgou nesta segunda-feira (22) que houve uma atualização do Portal Transparência Bahia (www.transparencia.ba.gov.br), tendo como principal novidade um painel de BI (Business Intelligence) que permite ao

cidadão acesso completo e customizado aos dados sobre as contratações emergenciais realizadas pelos órgãos do Executivo para o combate à pandemia da Covid-19.

No portal é possível customizar as pesquisas sob três diferentes perspectivas. Uma visão consolidada sobre a quantidade e o montante do conjunto das contratações realizadas, uma visão analítica listando todas as contratações, incluindo contratante, contratado e valor em cada caso, e uma visão detalhada, na qual o usuário pode acessar todas as informações de determinada contratação ou aquisição, inclusive pagamentos, podendo também ter acesso à íntegra do instrumento contratual.

A ferramenta permite também a exportação dos dados, pelos usuários, para planilha ou formato de dados abertos, que de acordo com a Auditoria Geral do Estado (AGE), órgão vinculado à Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba) que gerencia o portal Transparência Bahia, as informações são extraídas do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (Fiplan) e do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (Simpas), e refletem os dados lançados nestes sistemas corporativos pelos órgãos contratantes.

“A ferramenta de BI disponibilizada no Portal concentra as informações das contratações emergenciais realizadas por todos os órgãos, assegurando total transparência às ações governamentais”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faeconosco)

segunda-feira, 22 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

IAF ALERTA PARA POSSÍVEIS FRAUDES EM LICITAÇÕES NA BAHIA DURANTE COVID

IAF debate sobre fraudes em licitações na quinta feira

ASCOM IAF , Salvador | 22/06/2020 às 09:57

Curtir 0

Tweet



Stéphenson Cerqueira, diretor Financeiro do IAF, responsável pela live.

Foto: DIV

Na próxima quinta-feira (25), às 18 horas, o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF) promoverá uma live para discutir sobre Fraudes em Processos Licitatórios. O tema foi escolhido após casos de compras de respiradores para auxiliar doentes de Covid-19, com pagamentos antecipados sem que a correspondente entrega ocorresse.

“Nestes tempos de pandemia, temos visto e ouvido no noticiário a prática de compras com preços superfaturados e/ou com pagamentos antecipados sem a devida entrega dos produtos. Então, iremos trazer o tema à sociedade e aproveitar a oportunidade para esclarecer algumas dúvidas sobre o assunto”, explicou Stéphenson Cerqueira, diretor Financeiro do IAF, responsável pela live.

A transmissão é aberta ao público e será realizada através da rede social Instagram, no endereço @iaf_bahia.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=126805>)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/20/saeb-realiza-primeira-licitacao-por-videconferencia,126775,0.html>)
Saeb realiza primeira licitação por videoconferência (<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/20/saeb-realiza-primeira-licitacao-por-videconferencia,126775,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/20/saeb-realiza-primeira-licitacao-por-videconferencia,126775,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/20/saeb-realiza-primeira-licitacao-por-videconferencia,126775,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/20/saeb-realiza-primeira-licitacao-por-videconferencia,126775,0.html>)



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/19/lojistas-do-salvador-shopping-querem-abertura-das-lojas-e-isencao-iptu,126764,0.html>)
LOJISTAS DO SALVADOR SHOPPING QUEREM ABERTURA DAS LOJAS E ISENÇÃO IPTU

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/19/lojistas-do-salvador-shopping-querem-abertura-das-lojas-e-isencao-iptu,126764,0.html>)



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

segunda-feira, 22 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

Saeb realiza primeira licitação por videoconferência

Certame virtual evitou aglomeração de pessoas e manteve ritmo de contratações essenciais do Estado

Ascom Saeb , Salvador | 20/06/2020 às 10:18

Curtir 0 Tweet



Saeb realiza primeira licitação por videoconferência

Foto: Divulgação

A Secretaria da Administração (Saeb) realizou, nesta sexta-feira (19), a sua primeira licitação pública por intermédio de videoconferência. A medida foi implementada pela Instrução Normativa N° 016/2020, como forma de prevenção ao Coronavírus, evitando a realização das licitações presenciais, que costumam gerar aglomeração de pessoas em um mesmo ambiente.

A adoção do recurso tecnológico também vai permitir que o Estado continue realizando os procedimentos licitatórios considerados essenciais para a população, a exemplo das licitações para as áreas da saúde, segurança, infraestrutura e outras. Além de editar a Instrução Normativa N° 016/2020, a Saeb também instruiu servidores de outros órgãos do Estado sobre como realizar as videoconferências.

A licitação realizada pela Saeb nesta sexta (19) foi na modalidade convite para a contratação de projetos executivos de engenharia, para a construção do Centro de Inovação em Microbiologia e Biotecnologia Microbiana, unidade da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), em Ilhéus. A sessão da Licitação Convite 001/2020 foi aberta às 10h, com a participação virtual de representantes de três empresas interessadas.

Na sede da Secretaria da Administração estavam presentes apenas quatro servidores do Estado, membros da Comissão de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. A sessão foi iniciada pela presidente da comissão, que, juntamente com os outros membros, abriu os envelopes com documentação das empresas participantes.

Primeiro foi aberto o envelope com os documentos para credenciamento dos participantes. Na sequência, os envelopes lacrados, contendo as propostas de preços das três empresas, foram abertos. O envelope com a documentação necessária para habilitação das empresas foi guardado lacrado e rubricado. Toda documentação apresentada pelas empresas será escaneada e juntada ao processo, ficando à disposição de todos os concorrentes. A sessão foi acompanhada pelos representantes das empresas concorrentes, que podiam interagir com a presidente da comissão licitante por intermédio de vídeo.

Toda sessão foi gravada e também fica à disposição das empresas concorrentes. Além disso, os envelopes lacrados foram fotografados e ficam à disposição dos licitantes em um relatório acostado aos autos do processo licitatório. O resultado do julgamento das Propostas de Preços será publicado, posteriormente, no Diário Oficial do Estado (DOE), quando será aberto o prazo legal para eventual interposição de recurso.

Desde o início da pandemia, o governo baiano já promoveu mais de 20 sessões de licitação pública por meio de videoconferência. Outras 13 sessões virtuais estão programadas e já tiveram editais de convocação publicados no DOE. A nova prática - regulamentada por meio da Instrução Normativa Saen N° 016/2020 - está permitindo aos órgãos estaduais manter o ritmo de contratações essenciais sem comprometer as medidas de distanciamento social necessárias para evitar a contaminação pelo Coronavírus.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=126775)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/22/iaf-alerta-para-possiveis-fraudes-em-licitacoes-na-bahia-durante-covid,126805,0.html>)

IAF ALERTA PARA POSSÍVEIS FRAUDES EM LICITAÇÕES NA BAHIA DURANTE COVID

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/06/22/iaf-alerta-para-possiveis-fraudes-em-licitacoes-na-bahia-durante-covid,126805,0.html>)

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/06/2020	



PESSOTI DIZ QUE É CONTRA ESTADO E PREFEITURA MUDAREM COBRANÇAS TRIBUTÁRIAS POR CAUSA DA PANDEMIA



admin 22 Junho, 2020

Por: João Paulo Almeida

Em contato exclusivo feito com o portal Bahia Econômica, Gustavo Casseb Pessoti, diretor de Estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais de Bahia (SEI), e vice-presidente da autarquia afirmou que a prefeitura e o governo do estado não devem alterar a forma de se cobrar os impostos por causa da pandemia. Segundo Pessoti, isso só traria mais problemas para o período após o isolamento social.

“Não vamos trabalhar com essa hipótese. Vamos manter essas cobrança como está pois caso haja uma alteração vamos ter ainda mais dificuldades quando as coisas se normalizarem para que elas voltem a ter o efeito que tinham antes da pandemia. é importante se dialogar com os setores e observa aquilo que cada um está sofrendo e busca uma solução equacionada”, disse.

Também em contato com o portal, o presidente do Sindicato dos Lojistas do Estado da Bahia Paulo Mota, afirmou que o sindicato procurou a justiça para evitar a cobrança de impostos municipais no período da quarentena. Segundo Mota, a proposta já havia sido enviada a câmara mais acabou não sendo aprovada e por isso ele vai procurar os meios legais para evitar um prejuízo ainda mais para um dos setores que mais tem sofrido com as portas fechadas nesse momento de isolamento social.

“Nós já acionamos nosso corpo jurídico e vai procurar os meios legais para evitar esse absurdo que a prefeitura quer fazer conosco lojistas. Não temos condições de pagar impostos municipais agora com as portas fechadas. Vamos pagar depois de maneira progressiva, como colocamos na proposta que a câmara municipal derrubou de maneira equivocada na última semana”, disse Mota. ([Veja aqui](#)).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 22/06/2020	Página: 02

Tribuna

Conquista

João Roma

A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) afirmou ontem, em nota, que dos 50 leitos de UTI exclusivos para pacientes com diagnóstico de coronavírus (Covid-19) no município de Vitória da Conquista, apenas 59% estão ocupados. "Isso inclui os dez leitos de Terapia Intensiva contratados pela prefeitura, que possuem cinco pacientes internados, sendo apenas um em ventilação mecânica", diz. De acordo com a pasta, "no Hospital das Clínicas foram abertos 20 leitos de UTI, sendo doze com respiradores. Os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva, conforme Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), estabelece que uma UTI adulto deve dispor, no mínimo, para funcionar, de um respirador para cada 2 leitos, o que acontece hoje com o HCC. Dos 20 leitos disponíveis, oito estão ocupados e apenas dois estão em uso de respiradores".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 22/06/2020	Página: 07

Tribuna

Governo do Estado distribuiu 1,5 mil máscaras no Mercado do Rio Vermelho

Cerca de 1,5 mil máscaras foram distribuídas no Mercado do Rio Vermelho (MRV), mais conhecido como "Ceasinha". A ação de prevenção ao Covid-19 foi promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em parceria com a do Secretaria do Planejamento (Seplan) e o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA). Além dos itens de proteção facial, foram dadas orientações sobre cuidados para evitar o contágio.

"Temos a obrigatoriedade do uso de máscara no Ceasa e Mercados do Estado, mas sabemos que tem pessoas que não conseguem adquirir, por isso a ação de distribuir gratuitamente. A utilização deste item é extremamente importante e contribui para a redução da curva de contágio no estado", destaca o vice-governador, João Leão, titular da SDE.

Para o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Francisco Telles, as

máscaras têm papel fundamental na prevenção à Covid-19. "Ao entregar, nossos bombeiros também explicam sobre essa importância e como manusear o equipamento, por isso é uma ação muito mais educativa sobre os cuidados em relação a não proliferação do novo coronavírus", explica. A SDE informa que desde o início da pandemia adotou ações de prevenção no Ceasinha e que vem sendo atualizadas com o passar das semanas.

Setur fará pesquisa para medir impactos do coronavírus no setor turístico

A pesquisa para mensurar os impactos da pandemia do Covid-19 no setor turístico, que será realizada pela Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (Setur), começa hoje e vai até o dia 6 de julho. O público-alvo é formado por empresários de meios de hospedagem, bares e restaurantes, agências de viagens/operadoras, transportadoras de turismo e organizadores de eventos, dentre outros, profissionais guias de turismo regulares, além de investidores pri-

vados, das 13 zonas turísticas do Estado.

O objetivo é coletar informações e indicadores para a elaboração de ações estratégicas com vistas à retomada do crescimento do turismo na Bahia. "A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os segmentos produtivos essenciais da cadeia do turismo e a pesquisa possibilitará diagnosticar os impactos e identificar as perspectivas dos empresários, profissionais e investidores privados", afirma o secretário

estadual do Turismo, Fausto Franco.

Ele lembra que o turismo, como gerador de inúmeros postos de trabalho e renda, tem papel fundamental no desenvolvimento regional e nacional, sendo, portanto, necessárias medidas emergenciais para a reativação do setor.

Para a realização da pesquisa – aplicada por meio de formulários eletrônicos específicos para cada categoria, através da ferramenta Microsoft Forms –, serão en-

viados e-mails aos empresários e profissionais do setor e aos investidores privados.

Também serão feitos contatos telefônicos junto ao público-alvo.

EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL GERAL DE SALVADOR	MINISTÉRIO DA DEFESA	PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
AVISO DE LICITAÇÃO		
Pregão Eletrônico SRP nº 04/2020-HGeS		
O HGeS realizará no dia 1º de Julho de 2020, às 09:00 hs (horário de Brasília), Pregão na forma eletrônica, tipo menor preço, para futura e eventual aquisição de material de consumo odontológico, conforme descrito no Edital Convocatório e seus anexos. Os interessados podem adquirir o edital diretamente no site: www.comprasgovernamentais.gov.br		

Tribuna

Comércios

O governador Rui Costa comentou ontem a reabertura do comércio nos municípios baianos. Rui apontou que, no início da pandemia do novo coronavírus, muitos prefeitos anteciparam o fechamento total das lojas mesmo sem casos suspeitos nas cidades ou regiões e isso acabou gerando uma exaustão da população e uma pressão de alguns comerciantes pela reabertura, justamente agora quando o vírus está em circulação por todas as regiões do estado.



Rui Costa

Recursos

Do total de R\$1,1 bilhão dos investimentos em Salvador previstos no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021, R\$ 669,2 milhões, ou 66% dos recursos, serão provenientes de operações de crédito com organismos nacionais e internacionais. Os números foram apresentados pelo secretário da Casa Civil da prefeitura, Luiz Carreira, em audiência pública da Comissão de Economia e Finanças da Câmara Municipal, realizada por videoconferência ontem. "Os investimentos priorizam as áreas sociais e de infraestrutura e vão ajudar na retomada da economia da cidade assim que a fase crítica da crise provocada pela pandemia passar", avaliou Carreira durante a transmissão, que reuniu também o secretário da fazenda, Paulo Souto, vereadores, técnicos da prefeitura e da Câmara e cidadãos. A audiência, segundo o presidente da comissão, vereador Joceval Rodrigues, chegou a ter 100 participantes.

Tribuna

Souto diz que queda de arrecadação não ameaça servidores

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O secretário da Fazenda de Salvador, Paulo Souto, afirmou que a Prefeitura de Salvador registrou uma queda brutal de arrecadação em função da pandemia do novo coronavírus. Segundo o gestor, não fosse a poupança acumulada e os aportes do Governo Federal, a situação estaria extremamente grave. Sem essas receitas, ele afirma que a queda de receita chega a um patamar de 7,4%.

Ele concedeu entrevista exclusiva ao Instagram do portal TRBN (@trbn_oficial), plataforma online da Tribuna, onde falou sobre diver-

sos assuntos. "Do ponto de vista financeiro, nós não nos preparamos para a Covid. Ninguém poderia antecipar. Mas a gestão fiscal da prefeitura permite que nós estejamos aptos até um certo horizonte a enfrentar os efeitos financeiros da Covid", ressaltou à apresentadora Fan Teixeira.

Segundo ele, as receitas próprias da prefeitura, que reúnem todos os impostos e taxas, em dois meses, em relação ao ano passado, perderam 150 milhões de reais. "Vamos começar a ter a cada mês déficits entre receita e despesa, que vamos ter que cobrir com os aportes do governo federal e a poupança", ressaltou.

Souto afirmou que os gastos com receitas não essenciais estão

contingenciados. "A não ser que aconteça algo muito pior, que nós não acreditamos, vamos conseguir levar a prefeitura com normalidade". Ele também nega perspectiva de atraso de salário de servidores, além de atrasos de terceirizados e fornecedores da Prefeitura. "Entendemos, somos sensíveis, essas coisas estão dentro do nosso radar".

Questionado sobre a atuação do governo Bolsonaro, o secretário pondera: "Acho que tem muitas coisas boas no governo, mas é claro que o presidente tem um pouco dessa questão do comportamento pessoal que tem dificultado o governo. O problema da polarização excessiva traz preocupações para o governo. Vejo as coisas que es-

O SECRETÁRIO da Fazenda de Salvador, Paulo Souto, afirmou que a Prefeitura registrou uma queda brutal de arrecadação em função da pandemia



tão sendo criticadas, mas quando a gente olha para o passado, essas coisas existiram também. Mas neste momento acredito que devemos ter mais flexibilidade para o Brasil sair dessa."

Ele é reticente ao avaliar a possibilidade de um processo de impeachment. "Não acompanho a cena política dessa forma, mas penso que isso seria um fator de enorme complicação no país. Penso que isso seria muito duro para o Brasil

no momento político que ele está vivendo"

Ex-governador da Bahia, Paulo Souto também nega que tenha pretensões políticas. "Definitivamente não penso nisso. Já fiz uma colaboração. Outro dia estava recebendo fotografias do semiárido feitas na nossa época. É uma coisa que me emociona", relatou. "Do ponto de vista da política, estão surgindo novos nomes. Nunca se diz na política dessa água não beberei, mas não

está nos meus planos".

Salvador por todos - A Prefeitura encaminhou à Câmara de Vereadores o projeto de lei que estende o programa Salvador por Todos, concedido a trabalhadores informais e individuais que foram duramente afetados pela pandemia e por conta das medidas necessárias de isolamento social. O documento foi assinado pelo prefeito ACM Neto ontem, durante coletiva virtual que contou com a presença do presidente do Legislativo municipal Geraldo Júnior.

Previsto inicialmente para durar três meses, o novo projeto de lei pretende estender o Salvador por Todos por mais um mês. Mas o texto prevê que esse prazo pode se estender, no total, por até três meses, a depender da evolução da Covid-19 na cidade. A previsão é que o documento seja apreciado pelos vereadores já no início da próxima semana, no sentido de garantir a continuidade da concessão do programa, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre). O prefeito lembrou que Salvador saiu na frente em todo o país na realização de um conjunto de ações para dar suporte à população mais carente.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 20 e 21/06/2020	Página: 06

Tribuna

Ford vai retomar a produção na fábrica de Camaçari

A Ford prioriza a saúde e a segurança de seus empregados, concessionárias, clientes, parceiros e comunidades durante a crise do coronavírus. Dentro desse contexto, a empresa decidiu retomar as operações de produção na fábrica de Camaçari em 22 de junho e na fábrica de Taubaté em 1º de julho.

A Ford adota um processo global para determinar o momento certo de retomada da produção, com a avaliação constante das condições de saúde pública e das ações e recomendações do governo, assim como da disponibilidade dos fornecedores.

"Temos monitorado de perto o estado da pandemia no Brasil nas

pandemia no Brasil nas últimas semanas, já que a saúde e a segurança dos nossos empregados são prioridades máximas em todas as decisões", diz Lyle Watters, presidente da Ford América do Sul e Grupo de Mercados Internacionais. "Nós trabalhamos intensamente para redesenhar nossos processos, protocolos de trabalho e instalações para garantir que quando voltarmos ao trabalho haja um ambiente saudável e seguro para todos."

A aceleração da produção será feita gradualmente, conforme os trabalhadores se ajustarem aos novos protocolos de saúde e segurança e toda a cadeia de fornecedores ganhe velocidade.

Nessa fase, a fábrica de Camaçari vai operar em um turno a partir de 22 de junho, e a fábrica de Taubaté vai retomar com um turno a partir de 1º de julho. No entanto, todos os funcionários que podem fazer seu trabalho remotamente continuarão a atuar dessa forma.

Lojistas de shoppings fazem manifestação com carreatas e pedem abertura de lojas

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Os lojistas de shoppings de Salvador realizaram na manhã desta sexta-feira 19, uma manifestação em forma de carreata pela reabertura dos centros comerciais fechados desde o último dia 21 de março. "A ideia foi de chamar atenção do prefeito ACM Neto e buscar a reabertura dos estabelecimentos com protocolos de segurança.

Outras bandeiras também foram levantadas pelo movimento dos lojistas, solicitando a suspensão da cobrança do Imposto Territorial Urbano (IPTU) com isenção do período proporcional ao fechamento e a isenção do TFF (Taxa de Fiscalização do Funcionamento) para o ano de 2020. A carreata saiu do Salvador Shopping e seguiu em direção à Prefeitura de Salvador.

POSICIONAMENTOS

O Presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade disse à Tribuna da Bahia que a Fecomércio respeita todo e qualquer livre direito de se manifestar. O nosso canal com a Prefeitura de Salvador tem sido direto com o prefeito e secretários desde o início da pandemia. A gestão municipal tem nos apresentado, periodicamente, os números da Covid em nossa cidade e, por conta disso, estamos cientes dos perigos, estamos diante de um inimigo perigoso e invisível, que é o coronavírus. Nosso papel é defender as empresas do comércio, sem



Foto: Romildo de Jesus

esquecer da vida humana, que é o nosso maior bem. O comércio seguirá seu processo de reabertura, de forma segura, escalonada e responsável, como vem acontecendo, com nosso apoio, desde o dia 1º de junho"

Na contramão, o presidente do Sindilojas, Paulo

Mota disse: "A manifestação dos empresários lojistas é uma clara demonstração do segmento produtivo quanto a insegurança gerada pelos poderes estadual e municipal para sobrevivência de quem produz. Não tem no campo tributário nenhuma iniciativa dos poderes executivo legislativo e judiciário que venham a sustar o irrigamento das empresas. Fica fácil seguir o slogan 'Fique em Casa', em um país que tem o consumo como seu expoente de geração renda emprego refém de decisões administrativas monocráticas", comentou.

RESPOSTA

Sobre os protestos dos lojistas, a Prefeitura de Salvador enviou nota dizendo que tem discutido frequentemente com os shoppings centers sobre os protocolos de reabertura desses estabelecimentos para vendas presenciais. "Eles estão autorizados a funcionar

no sistema drive-thru". Em seguida reforça: "Os próprios shoppings entendem que o momento ainda não é de reabrir, pois o percentual de ocupação dos leitos de UTI para pacientes com Covid-19 não alcançou o patamar desejado - de 70% para baixo. A retomada das atividades econômicas está acontecendo de forma gradual na cidade, e seguindo protocolos de segurança específicos para cada setor, visando a proteção de todos. Em relação a medidas econômicas, a Prefeitura estuda a questão".

PROGRAMA

Prorrogação do Salvador por Todos depende da Câmara

FLÁVIO GOMES
REPORTER

Na manhã de ontem (19), o prefeito de Salvador, ACM Neto, anunciou a prorrogação do projeto Salvador Por Todos, que é um auxílio que começou a ser pago em abril para trabalhadores informais de diversas categorias, no valor de R\$ 270, para minimizar os efeitos econômicos e sociais da pandemia de Coronavírus.

A prorrogação do projeto vai depender da aprovação da Câmara Municipal e tem previsão de pagamento até o mês de setembro.

“O primeiro mês é certo. Mas pagaremos os três meses, caso seja necessário. Se a pandemia continuar, se os efeitos econômicos perdurarem, se não conseguirmos voltar com as atividades, mantêm por três meses”, disse o prefeito, em entrevista coletiva virtual. O projeto já beneficiou mais de 36 mil trabalhadores, cadastrados na Prefeitura até o dia 20 de março. O auxílio é concedido a baianas de acarajé, ambulantes, feirantes, camelôs, barraqueiros, baleiros, guardadores de carro, recicladores, taxistas, motoristas de aplicativos e mototaxistas – no caso dos três últimos, com idade supe-

rior a 60 anos. O programa também prevê a distribuição de cestas básicas para integrantes do CadÚnico em situação de extrema pobreza.

Até o momento, o projeto já custou aproximadamente R\$ 24,5 milhões aos cofres municipais. Se o programa for prorrogado até setembro, a expectativa é de que o investimento se aproxime de R\$ 50 milhões.

“Sabemos que outras gostariam de ser incluídas, mas a prefeitura tem um limite orçamentário. O ideal seria pagar todo mundo, mas não é possível. Mantivemos os contemplados na primeira etapa, e essas pessoas não conseguiram ainda retomar suas atividades econômicas. Todas perderam a renda e trabalhavam ou trabalham no comércio informal. Não têm carteira assinada, não tem suporte ou apoio de um programa de transferência fixa de renda”, explicou o prefeito.

Para saber se está cadastrado no benefício, o cidadão deve acessar o site www.salvadorportodos.salvador.ba.gov.br, digitar o CPF ou Número de Identificação Social (NIS). Na página, é verificado se possui direito a receber e quando poderá fazer a retirada.

Tribuna

Turismo baiano espera dias melhores com volta dos voos

YURI ABREU
REPORTER

Nesta semana, a companhia aérea Gol anunciou, que a partir do dia 1º de julho, vai passar a ofertar 11 novos voos domésticos partindo de Salvador, acrescentando seis novos destinos à lista dos quais ela vinha operando até o mês anterior. Entre as rotas que vão partir do aeroporto internacional da capital baiana, daqui a pouco mais de 10 dias, estão as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Fortaleza, João Pessoa, Natal e Vitória/ES. Dentro do estado, haverá uma ligação com a cidade de Vitória da Conquista, na região sudoeste.

Porém, para o trade turístico, a medida ainda é insuficiente, já que os poderes públicos pouco vêm fazendo para incentivar o seg-

mento, principalmente quanto à abertura de espaços como bares e restaurantes. Conforme os agentes, de 5% a 10% dos restaurantes e de 40% a 50% dos bares não devem retomar as atividades após a pandemia.

"Isso corresponde a 20% da normalidade que está sendo retomada agora. Mas, para um turista vir para a cidade, ele precisa saber que ele vai ter passeios, praias e restaurantes pra ir e as datas as quais será realizada essa abertura. Já estamos em 90 dias do fechamento total e nenhum turista viaja para qualquer destino para ficar trancado em um quarto de hotel", afirmou Sílvio Pessoa, presidente da Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA).

Segundo o dirigente, é preciso que o Governo do Estado e a Prefeitura de Salvador informem os respectivos protocolos de segurança de retorno às ati-

vidades, assim com a data de início das operações o quanto antes. Ele lembrou capitais brasileiras em que a situação da Covid-19 está pior do que em Salvador, a exemplo de Fortaleza, Recife e Manaus, mas que já estão retomando alguns segmentos da economia.

"Esse negócio de não voltar a normalidade, com medo de os adversários políticos utilizarem isso em uma campanha eleitoral municipal, não pode ser levada em consideração. Há três semanas os números estão estáticos e não crescem.

Alguns infectologistas dizem que o pico foi há um mês atrás", disse Pessoa, contestando que as decisões do governador Rui Costa e do prefeito ACM Neto são tomadas apenas observando a questão sanitária.

Na manhã de ontem, inclusive, o gestor municipal disse que não vai ceder a



Foto: Romildo de Jesus

AVIAÇÃO

Volta dos voos da Gol não foi suficiente para incentivar o segmento durante a crise

pressões para flexibilizar o isolamento social e abrir mais setores do comércio, enquanto as taxas de ocupação dos leitos de UTI não estiverem abaixo dos 70%.

Covid dribla vítimas enquanto está assintomático e vai contaminando

ATHENA AKTIPIS F. JOFAI COCK

doente quando o vírus já

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 20 e 21/06/2020	Página: 06

Tribuna

NA CRISE

Plano supera meta de vendas para pequenas e médias empresas

Apesar da crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, a Central Nacional Unimed tem superado metas de vendas para o segmento de pequenas e médias empresas (PME). Nas Unidades de Negócios de Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Ilhéus e Brasília e São Luís, no Maranhão, as vendas para esse segmento cresceram 157% em 2019, e seguem uma tendência de alta este ano. De janeiro a maio, o crescimento foi de 182%,

em relação ao mesmo período do ano passado.

Em 2019, essas unidades totalizaram 32.073 vendas novas comercializadas no segmento PME, enquanto em 2018 foram comercializadas 14.292 vendas. O gerente de vendas PME/Adesão - Unidades de Negócio, Luiz Bertone, explica que "a estratégia com os corretores parceiros em cada região tem sido cada vez mais forte e próxima, um dos fatores do sucesso de vendas em 2019, que deve se repetir este ano".

Maia defende prorrogação de auxílio por até 3 meses

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a defender a prorrogação do auxílio emergencial no valor atual de R\$ 600 por até três meses.

A equipe econômica e o presidente Jair Bolsonaro falam em ampliar o benefício por dois meses no valor de R\$ 300 cada parcela. O argumento é que é preciso levar em consideração o alto endividamento do governo federal com as medidas adotadas no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

"A todos que me perguntam sobre o auxílio emergencial: sou a favor da prorrogação do auxílio de R\$ 600 por mais 2 ou 3 meses. Todos os indicadores apontam uma forte queda da economia no terceiro trimestre", disse Maia em rede social.

Segundo ele, a maioria dos deputados apoia a ideia. "Tenho certeza que a minha posição é acompanhada pela maioria dos deputados. Manter esta ajuda é premente. O governo não pode esperar". A lei em vigor, que foi de iniciativa do Congresso, prevê o pagamento do auxílio de R\$ 600 por três meses, durante a crise. O gasto estimado pelo governo é

de cerca de R\$ 150 bilhões.

De acordo com balanço da Caixa Econômica Federal, o benefício foi pago a 64,1 milhões pessoas no valor total de R\$ 83 bilhões, considerando a primeira, segunda e parte da terceira parcela. O presidente Jair Bolsonaro esteve na manhã de hoje (21) no funeral do soldado Pedro Lucas Ferreira Chaves, no Rio de Janeiro. Segundo o Comando Militar do Leste do Exército, o soldado morreu na manhã de ontem, após acidente durante o lançamento de paraquedistas na Base Aérea dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

De acordo com a nota do comando militar, durante o salto, o soldado ficou preso à aeronave e, após os procedimentos de emergência, a abertura do paraquedas do militar não ocorreu adequadamente. "O soldado Chaves sofreu ferimentos graves por ocasião de sua chegada ao solo, recebendo, de imediato, os primeiros socorros por parte da equipe médica local. Foi conduzido, na sequência, ao Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ), na Vila Militar, onde foi atendido, mas infelizmente foi a óbito", diz a nota.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

Série 7/14

A PRÓXIMA REPORTAGEM SERÁ SOBRE IMPACTOS DA PANDEMIA NO SETOR DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS

MARIANA BAMBERG*

Com mais de 170 mil negócios na Bahia e 86% deles apresentando queda no faturamento, o varejo tradicional é um dos 14 setores mais afetados pela pandemia, segundo mapeamento realizado pelo Sebrae. Mas os segmentos varejistas têm se movimentado para minimizar os impactos. E hoje já é comum funcionários limitando a entrada de clientes nas lojas – como medida para evitar a proliferação da Covid-19 – e produtos como calçados, maquiagens e até material de escritório abastecendo a mochila de entrega de motoboys.

A Fecomércio-BA estima que só no mês de abril o prejuízo para o varejo baiano foi de cerca de R\$ 1,74 bilhão – pior resultado desde 2006. Já dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, em abril, o comércio baiano registrou uma retração de 33,2% nas vendas, em comparação com o mesmo mês de 2019. A analista de comércio e serviços do Sebrae Bahia, Ana Paula Almeida, alerta, no entanto, para a diversidade do varejo. “O setor é composto por vários segmentos e alguns foram mais impactados que outros”.

Mais afetados

Das atividades varejistas analisadas pela pesquisa do IBGE, as maiores quedas nas vendas ficaram entre os segmentos de livros, jornais e revistas, com retração de 81,4%, e o de equipamentos e materiais de escritório, com queda de 69%. A Papelote (@lojapapelote), loja de presentes, papelaria e material de escritório, comprou esse número. Camille Wolf, coordenadora de marketing do estabelecimento, revela que as vendas da loja



João Paulo aposta nas redes sociais

COVID-19 Ações para segmentos mais convencionais vão de delivery até protocolos para os que podem funcionar

Varejo tradicional busca reduzir os efeitos da pandemia

Paixão, um dos sócios, conta que o estabelecimento não tinha o costume de fazer esse tipo de entrega, “apenas uma ou duas vezes por semana, depois do expediente da loja”. Agora ele e o sócio se dividem nas entregas que passaram para uma média semanal de 80, mas o faturamento da loja ainda fica em torno de 70% da média original.

A estratégia na Make Box é investir em datas comemorativas – com kits especiais, por exemplo, para o Dia das Mães e Dia dos Namorados – e nas redes so-



Uendel Galzer / Ag. A TARDE

ESTRATÉGIAS PARA O SETOR

PLANEJAMENTO Tenha clareza da sua situação financeira, analise o novo comportamento do seu público, suas relações com fornecedores e avalie a possibilidade de parcerias

DIGITAL A inserção no mundo digital não pode ser ignorada. São várias as possibilidades de uso, desde contato direto pelo WhatsApp até lives de apresentação de produto, mas é preciso planejamento e estratégia

BIOSSEGURANÇA Os consumidores têm procurado negócios que passem segurança. Adote práticas de cuidados e as divulgue

SOLIDARIEDADE

lada”. Fernanda Nunes, franqueada da loja Nunes Calçados do Shopping Center Lapa (@nunesshoppinglapa), atribui a dificuldade também à necessidade do contato direto antes da compra.

“Como estamos em um shopping, funcionamos só com delivery, drive-thru, mas comprar calçado exige calçar, sentir o conforto. Não é um CD, que você sabe como é. E ainda tem a questão da troca. Dependendo do material do calçado, não posso trocar, porque depois não tem como higienizar sem danificar”, explica.

Divulgação e parceria

A demanda da loja tem sido, segundo Fernanda, inferior a 50% da média de antes da pandemia. Para minimizar as dificuldades, a estratégia tem sido divulgar principalmente os produtos que têm mais saída e aqueles voltados para quem está trabalhando, “como tênis, sapatos e as linhas em branco”. Mas o que tem mesmo ajudado nesse momento é a parceria com o shopping. De acordo com a franqueada, cerca de 70% das vendas que a loja está realizando tem sido via divulgação das redes sociais do Center Lapa.

A analista do Sebrae acredita que parcerias podem ser grandes aliados, seja com fornecedores ou até mesmo concorrentes. “Uma loja de flores que está fechada pode, por exemplo, realizar parceria para vender em pequenos mercados. Um segmento pode apoiar o outro”. Lojas de produtos alimentícios, supermercados mercadinhos de bairro são os que mais podem ajudar. Segundo Ana Paula, o varejo de alimentos é o que foi menos impactado, “em alguns casos, até superaram as expectativas de vendas”.

Na loja de produtos alimentícios naturais Grão do Horto (@graodohorto), o cenário não foi tão favorável assim. O estabelecimento foi inaugurado em março, durante a pandemia, e o faturamento, segundo as proprietárias, Lilian Cunha e Nathália Cunha, está em torno de 40% do que foi planejado. Mas elas garante

ficam em torno de 50% da média antes da pandemia. Mas, para que ela não fosse ainda menor, a estratégia foi investir no delivery e no e-commerce, que já existia mas era responsável por menos de 10% das vendas.

A loja física reabriu há duas semanas, mas com uma operação totalmente diferente. Agora só é autorizada a entrada de um cliente por vez no estabelecimento e o atendimento é feito diretamente no balcão, "não é permitido circular pela loja". Para informar sobre novas medidas de segurança, adesivos foram aplicados na vitrine.

Quem também precisou recorrer ao delivery foi a loja de maquiagens Make Box (@makeboxssa). João Paulo

ciais. Desde o início da pandemia, foram quase três mil novos seguidores no perfil do Instagram da loja, e a ajuda veio de uma das funcionárias, que agora trabalha apresentando e divulgando produtos na rede social da empresa. A analista do Sebrae aprova a medida e ainda orienta que empresários do varejo fiquem atentos a seus funcionários, "pode haver um talento entre eles".

O segmento de vestuário, tecidos e calçados também se destaca negativamente na pesquisa do IBGE, com uma retração de 64,9%. Segundo a analista do Sebrae, o impacto nesses negócios pode ser ainda maior e a retomada mais lenta, "porque a demanda perdida não será recuperada, não é acumu-

Camile investiu no e-commerce para diminuir perdas

Rafael Martins / Ag. A TARDE



As sócias Lilian e Nathália anteciparam o delivery

Associar as vendas a uma ação social pode ser uma estratégia eficiente. Pesquisas mostram que consumidores tendem a preferir empresas que demonstram responsabilidade social

“Alguns segmentos (do varejo) foram mais impactados que outros”

ANA PAULA, analista do Sebrae

que, se não fossem do segmento de alimentos, sequer teriam aberto o estabelecimento neste momento. Para chegar aos 40%, as sócias tiveram que antecipar o plano do delivery – ele não estava previsto para os primeiros meses – e investir em promoções e divulgação.

“Investimos ainda mais no Instagram e WhatsApp para os clientes que já conhecem a loja. E agora investimos também para anunciar em uma revista que divulga os serviços do bairro. É muito difícil pensar em investir em um momento de baixo faturamento, mas sabemos que é importante”, conta Nathália.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 21/06/2020	Página: A2

Órgãos voltados ao NE podem ser alterados

Propostas de reordenamento de órgãos voltados para o desenvolvimento do Nordeste serão desenvolvidas pelos gestores para apreciação da ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Entre os órgãos em avaliação estão a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

A necessidade de inovação na gestão destes órgãos foi o tom principal de videoconferência organizada pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Piauí (Faepi), deputado federal Júlio César Lima.

Embora alguns pontos discordantes, os participantes do encontro, entre parlamentares, empresários e representantes da sociedade civil foram unânimes na reivindicação de investir recursos no Nordeste, por exigir um tratamento diferenciado.

EXEMPLO POSITIVO – O programa Agro-Nordeste foi citado como exemplo positivo para o apoio e crescimento da região por meio de iniciativa liderada pelo Ministério da Agricultura, com apoio das federações de agricultura e pecuária estaduais, como a da Bahia.

– Criamos e incentivamos esse programa para o surgimento de nova classe média rural. Sem isso, continuaremos com essa desigualdade – disse a ministra da Agricultura.

Tereza Cristina garantiu ações para o desenvolvimento do programa no segundo semestre. Para ela, é preciso incentivar o plano nacional de irrigação, ampliar a oferta de crédito e facilitar o acesso aos fundos de desenvolvimento.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

RODRIGO AGUIAR

Dos 20 maiores municípios da Bahia, pelos menos 12 já iniciaram a retomada das atividades econômicas. Uma reabertura mais ampla já ocorre em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Jequié, Barreiras, Alagoinhas, Porto Seguro, Paulo Afonso, Eunápolis e Luis Eduardo Magalhães. Essas cidades estão entre as mais populosas da Bahia, segundo dados do IBGE.

Em alguns casos, como Itabuna, a ação do Ministério Público da Bahia (MP-BA) tem levado a um recuo dos gestores. No município do sul baiano, o MP recomendou ao prefeito Fernando Gomes (PIC) que não reabrisse o comércio no último dia 8, como ele chegou a anunciar. Em Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo, o prefeito Rogério Andrade (PSD) já alternou períodos de flexibilização e fechamento, mesma situação da cidade de Valença, localizada na mesma região.

Somente cinco das 20 maiores cidades ainda não ensaiaram uma flexibilização maior e mantém fechadas as atividades do comércio desde o início da pandemia do novo coronavírus, em um esforço de tentar conter a propagação da doença. São elas: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho e Candeias, todas localizadas na RMS.

O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, tem criticado a reabertura do comércio no interior. No Twitter, ele questionou, na última terça-feira, 16, o plano de retomada adotado em Feira de Santana. "Difícil entender como Feira de Santana, em plena rampa de crescimento de novos casos de Covid-19, tem suas regras de distanciamento social flexibilizadas", escreveu.

O secretário também apontou uma segunda onda de infecção no interior em outros estados. "Vejam o que está acontecendo pelo país. Se repetirmos, seremos nós amanhã após abertura, quando o interior terá segunda onda de infecção de Covid-19", disse. "Nós não estamos em uma fase de estabilização. Nós já estamos em uma fase de desaceleração do crescimento, mas nós não estamos estabilizados, estamos estabilizados no crescimento", explicou.

A reabertura do comércio na maioria das principais cidades baianas acontece em meio à interiorização da Co-

COVID-19 Pressão pela retomada aumenta, mas avanço dos casos compromete a flexibilização

MUNICÍPIOS REABREM ECONOMIA MAS SÃO OBRIGADOS A RECUAR

12

é o número de municípios que já iniciaram a retomada das atividades econômicas no interior da Bahia. Em alguns casos, Ministério Público recomendou voltar a fechar

semanas. Na atual fase, está liberado o funcionamento de lojas de artigos esportivos, para casa, tecidos, joalheria, vestuário, acessórios e calçados, móveis e colchões, agências de turismo, perfumaria e higiene pessoal, entre outros segmentos.

Presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro (PSD) aconselha os gestores a fazer uma

abertura lenta e com restrições, a exemplo do que vem fazendo o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM). Para Eures, a gestão soteropolitana deveria ser um modelo para outros prefeitos nesse ponto.

"Eu não aconselho ninguém a abrir comércio. A gente ainda não está livre da pandemia. A maior zona de contaminação é o comércio, o centro é onde a população mais circula, então não dá

para abrir tudo", defende. Em Bom Jesus da Lapa, o funcionamento de estabelecimentos comerciais está permitido três dias na semana.

Entre os municípios que ainda mantêm o comércio fechado, alguns autorizaram, em horários especiais, o funcionamento de espaços com boxes de gêneros alimentícios. Em Candeias, foi reaberta a Central de Abastecimento. E em Camaçari

voltou a funcionar a Feira, nome pelo qual é conhecido o Centro Comercial. A pressão pela volta das atividades econômicas tem se intensificado nas últimas semanas. Na quinta-feira, 18, comerciantes de Camaçari realizaram um protesto. A prefeitura diz compreender a dificuldade de comerciantes e lojistas, mas pontua que, no estágio atual da doença no município, a reabertura do comércio não é possível.



Prefeitura de V. da Conquista alega cumprimento de normas

Em 24 horas, Sesab registra 2.345 novos casos e 42 óbitos da doença

vid-19 em todo o país, com aumento significativo do número de casos já verificado em estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, além do Distrito Federal.

Para entender o "caminho" do coronavírus em direção ao interior, é ilustrativo um estudo da Fiocruz Pernambuco, Capital pernambucana, Recife concentrava 71% dos casos da Covid-19 no estado no começo de abril, mas passou a responder por somente 34% em junho. Inversamente, os demais municípios pernambucanos, que representavam 29% em abril e passaram para 66% de todos os novos registros da doença no estado.

Entre as cidades baianas que já reabriram o comércio, Ilhéus e Vitória da Conquista preferiram não atender às recomendações do Ministério Público, que opinou contra a retomada das atividades, em função do aumento de casos de coronavírus nos municípios.

Em Ilhéus, entretanto, o processo de reabertura não poderá avançar para as fases seguintes por decisão judicial, a pedido do próprio MP. O objetivo é avaliar o impacto da retomada por duas

Apesar de recomendação do Ministério Público do Estado (MP-BA) para que determinasse novamente o fechamento do comércio, a prefeitura de Vitória da Conquista disse que a decisão está embasada em orientações e recomendações técnicas da área da saúde.

Segundo a gestão, o comércio poderá ser novamente fechado, a depender da evolução dos dados. Os parâmetros utilizados para avançar à fase seguinte do protocolo são ocupação de leitos inferior a 50% e média de novos casos com taxa inferior a 10% ao dia.

Na atual fase, já estão liberados comércio atacadista e varejista, salões, barbearias, floriculturas, entre outros.

Nesta semana, a gestão pode avançar para a liberação de bares e restaurantes e, dentro de 15 dias, autorizar a reabertura de academias.

"A gente entende que pode haver uma ação (do MP), mas estamos muito seguros com o protocolo, que prevê a possibilidade de avançar, se manter ou regressar de fase caso os números atinjam patamares

perigosos", disse o secretário de Administração, Kairan Rocha, coordenador do Comitê Gestor de Crise.

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), também afirmou estar atento ao número de casos e à ocupação de leitos no município e diz que não terá problema em recuar, caso necessário. O gestor reforçou, no entanto, que ainda não é possível avaliar os efeitos da flexibilização mais recente, iniciada na última terça-feira, 16.

Está em vigor no município um plano de "abertura escalonada" do comércio, com a liberação do funcionamento de todos os estabelecimentos de até 200m², em dias alterna-

dos conforme o setor.

Colbert destaca que a regra é a mesma aplicada em Salvador, em relação ao tamanho dos estabelecimentos. Há, no entanto, uma diferença importante. Em Feira, também está permitida a abertura de shoppings. As normas são válidas inicialmente até a segunda-feira, 22.

"Estamos prontos para rever qualquer decisão, caso precise voltar atrás. Verificamos aqui que, com o comércio fechado ou aberto, tivemos oscilação. No final de abril, quando fizemos uma reabertura, os bancos estavam lotados e o governo do Estado tinha liberado o auxílio aos estudantes. Hoje, as filas diminuíram muito. Deixou de ter aquele nível de aglomeração. As condições de hoje são diferentes. Mas, se entendermos que o nível de transmissão está acima, tomaremos medidas de fechamento", disse Colbert.

De acordo com o prefeito, a taxa de ocupação dos leitos na cidade está em torno de 80%, tanto na rede pública como na particular.

RODRIGO AGUIAR

VITOR CASTRO*

Em 24 horas, 2.345 novos casos de Covid-19 e 42 óbitos foram registrados, segundo boletim da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia divulgado, na noite de ontem, elevando a taxa de crescimento para 5,6%. Ocorrências de curados chegam a 2.238 no período.

Com os novos números, a Bahia chega a 43.922 casos confirmados desde o início da pandemia. Deste total, 20.589 pacientes são considerados curados, 22.028 encontram-se ativos e 1.305 tiveram óbitos confirmados pela doença.

Os casos ocorreram em 357 municípios, com maior proporção em Salvador que, ontem, fechou o dia com 10.159 casos ativos.

De acordo com a Sesab, os dados do boletim representam notificações oficiais compiladas pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde da Bahia (Cievs-BA), em conjunto com os Cievs municipais e as bases de dados do Ministério da Saúde até o final da tarde de ontem.

A pasta informou ainda, que dos 2.120 leitos disponíveis do Sistema Único de Saúde (SUS) exclusivos para o tratamento da Covid-19, 1.314

possuem pacientes internados, o que representa uma taxa de ocupação de 62%.

Em relação aos leitos de tratamento intensivo, adulto e pediátrico, dos 872 leitos exclusivos para o coronavírus, 668 possuem pacientes internados, compreendendo uma taxa de ocupação de 77%.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

No total, já são 43.922 casos confirmados desde o início e 1.305 mortes

Taxa de crescimento chega a 5,6% e número de curados chega a 2.238

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 22/06/2020	Página:

Correio*

Casos de covid-19 explodem em Refinaria

SURTO A Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde, a 60 km de Salvador, enfrenta um surto de covid-19. Segundo os sindicatos dos empregados e dos funcionários terceirizados – que somam mais de 2,8 mil trabalhadores – a unidade já registrou 224 casos da doença desde o início da pandemia, em março. Um trabalhador terceirizado é o único óbito da estatal na Bahia vítima do novo coronavírus.

Segundo o Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindpetro), entre abril e maio havia 24 casos de empregados da RLAM que testaram positivo para o novo coronavírus. Entre os funcionários terceirizados (cerca de 2 mil), o número de contaminados chegaria a 200, diz o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial de Candeias, Simões Filho, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e Madre de Deus (Siticcan).

Procurada, a Petrobras forneceu apenas dados nacionais e de funcionários efetivos. Atualmente, a empresa tem 314 empregados próprios com confirmação para covid-19, dentre os seus mais de 45,4 mil empregados. Deste total, 172 são assintomáticos e foram identificados no processo de triagem, antes mesmo de entrarem nas unidades, afastando, portanto, possibilidade de contágio.

A empresa informou ainda que "desde maio, a Petrobras realiza testes rápidos na RLAM. "Os testes são feitos entre empregados, colaboradores de empresas prestadoras de serviços e contatantes de casos suspeitos", garante.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 22/06/2020	Página:



LAURO DE FREITAS TERÁ CENTRO DO MERCADO LIVRE

DISTRIBUIÇÃO O Mercado Livre escolheu a Bahia para instalar seu primeiro centro de distribuição do Nordeste. A empresa de venda e compras pela internet já possui duas dessas estruturas no estado de São Paulo.

Com investimento de R\$ 4 bilhões, o novo espaço terá 35 mil metros quadrados e ficará em Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador. Com capacidade de atender 100 mil clientes por dia, o centro de distribuição contará inicialmente com 50 funcionários, podendo gerar até 500 empresas conforme for se expandindo.

O objetivo da instalação é melhorar a logística de distribuição da empresa. De acordo com o Mercado Livre, hoje, pouco mais da metade do que é vendido no site é entregue através de logística própria. Com o novo centro, há chances dessa taxa crescer e agilizar a entrega de mercadorias aos clientes.

Além de construir o centro de distribuição, o Mercado Livre também promoverá projetos sociais no município baiano. Está previsto, por exemplo, um programa para a educação de 120 jovens da região.

Ford reinicia hoje produção na fábrica de Camaçari

INDÚSTRIA Quase três meses após suspender o funcionamento de sua fábrica em Camaçari, a Ford começa hoje uma retomada da produção em ritmo gradual e cheia de protocolos de saúde. A suspensão das atividades na fábrica baiana, assim como em Taubaté (SP) e na unidade da Troller em Horizonte (CE), começou em 23 de março, e, dois dias depois, a fábrica em Pacheco, na Argentina, sofreu a mesma medida.

Inicialmente, a produção deveria ser retomada em 13 de abril, mas o prazo foi adiado ao menos duas vezes antes de ser definido para hoje. Cerca de 7 mil dos empregados da Ford no país tiveram férias coletivas e/ou contrato suspenso durante a parada das atividades. Pode haver redução de jornada e salários nesta retomada, utilizando a Medida Provisória 936. A fábrica de Taubaté só voltará a produzir na próxima semana, no dia 1º de julho. A unidade da Troller não teve prazo de retorno estabelecido.

Segundo a Ford, a produção será acelerada gradualmente, conforme os trabalhadores se ajustarem aos novos protocolos de saúde e segurança, bem como a cadeia de fornecedores ganhe velocidade. Todos os funcioná-



REGINALDO MANETE/DIVULGAÇÃO

Complexo da Ford em Camaçari vai retomar as atividades de forma gradual e cheio de protocolos de saúde

rios que podem fazer seu trabalho remotamente continuarão a atuar dessa forma. A empresa afirmou que adotou um processo global para determinar o momento certo de retomada das atividades produtivas, com avaliação constante das condições de saúde pública e das ações e recomendações do governo, assim como da disponibilidade dos fornecedores de componentes.

Os protocolos de saúde in-

cluem autocertificação diária de saúde, verificação de temperatura na chegada à planta, obrigatoriedade do uso de máscaras e/ou óculos de proteção e um maior intervalo entre os turnos, para limitar interação entre trabalhadores e permitir limpeza adicional.

De acordo com a Ford, a montadora seguirá auxiliando no combate à pandemia, produzindo protetores faciais em Camaçari.

Após ciclo de medidas emergenciais, equipe econômica prepara retomada

REFORMULAÇÃO Depois de um ciclo de medidas emergenciais para conter os efeitos mais dramáticos da pandemia do novo coronavírus, a equipe econômica prepara a retomada da agenda de melhoria do ambiente de negócios e de reformas estruturais. A reformulação das políticas sociais deve ser um dos principais focos de atenção do governo nessa nova fase de planejamento, mas também estão na mesa iniciativas para simplificar a vida de empresas e investidores.

Um dos pontos da agenda é promover uma 'grande desregulamentação' para tornar o país mais atrativo a investimentos. Os detalhes ainda estão sendo fechados pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas há um consenso de que

a adoção de uma nova fase medidas é essencial para impulsionar a recuperação da atividade econômica e ajudar a 'pagar a fatura' da crise. Os gastos para combater os impactos do novo coronavírus levarão a dívida pública à beira dos 100% do PIB, nível considerado elevado para um país emergente como o Brasil.

Além da desregulamentação, o governo vai centrar seus esforços num primeiro momento em mudanças de marcos legais, como saneamento, setor elétrico, ferrovias, novo mercado de gás e independência do Banco Central.

Num segundo momento, ainda em 2020, a equipe econômica pretende disparar as reformas mais estruturantes, que devem ter um

forte foco social. Auxiliares do ministro defendem uma 'política social agressiva' para o pós-pandemia, aliada a um incentivo às contratações de trabalhadores registrados. Sem uma retomada no emprego e na renda, o consumo não deslança, diz uma fonte.

É nessa frente que está o Renda Brasil, como vem sendo chamado o programa que sucederá o Bolsa Família. A ideia é ampliar a rede de assistência social para incluir os milhões de 'invisíveis' que agora surgiram aos olhos do governo graças ao cadastro do auxílio emergencial de R\$ 600. A elaboração do programa segue o desejo do presidente Jair Bolsonaro de deixar uma marca social durante sua gestão.

Num segundo momento, ainda em 2020, a equipe econômica pretende disparar as reformas mais estruturantes, que devem ter um forte foco social

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 22/06/2020	Página:

Correio*

EUROPEIAS AMEAÇAM CORTAR INVESTIMENTOS NO BRASIL DEVIDO A DESMATAMENTO

QUEIMADAS Sete grandes empresas de investimento europeias disseram à agência Reuters que vão deixar de investir em produtores de carne, operadoras de grãos e até em títulos do governo do Brasil se não virem progresso rumo a uma solução para a destruição crescente da Floresta Amazônica.

As ameaças cada vez maiores de investidores com mais de US\$ 2 trilhões em ativos administrados, como o finlandês Nordea e a britânica Legal & General Investment Management (LGIM), mostram como o setor privado está adotando ações

globais para proteger a maior floresta tropical do mundo.

O desmatamento na Amazônia brasileira atingiu uma máxima de 11 anos em 2019, no primeiro ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro, e aumentou outros 34% nos cinco primeiros meses de 2020, de acordo com dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O presidente afrouxou as proteções ambientais e pediu mais mineração e agricultura na região.

A assessoria de imprensa de Bolsonaro não quis comentar as preocupações dos

investidores.

Um projeto de lei proposto originalmente pelo presidente para conceder títulos de propriedade para terras públicas assentadas irregularmente, medida vista como um incentivo ao desma-

tamento, não passou em uma votação em maio e foi adiada por tempo indeterminado depois que mais de 40 empresas majoritariamente europeias ameaçaram boicotar as exportações brasileiras.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

ANDRÉ KRUSCHEWSKY LIMA, CPF 940.690.505-15
DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no Banco Máxima S/A, CNPJ/MF nº 33.923.798/0001-00.
ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.
Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB
Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo.
BANCO CENTRAL DO BRASIL Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) Gerência Técnica de Organização do Sistema Financeiro no Rio de Janeiro
(GTRJA)
São Paulo, 17 de junho de 2020.



Minuta e contrato assinado para compra de respiradores divergem

VALORES E SEGURO As diferenças entre o contrato que foi analisado e o assinado pelo governador Rui Costa (PT), em nome do Consórcio Nordeste, na compra dos respiradores que não foram entregues à Bahia, vão desde o valor da compra e do seguro, à cláusula das garantias da entrega.

O procurador-geral da Bahia, Paulo Moreno, já havia confirmado que os contratos eram divergentes. A TV Bahia conseguiu, com exclusividade, a cópia do contrato assinado pelo governador. Uma das diferenças são os valores. Na minuta do contrato, o total da compra é de R\$ 49.475.358,00. No que foi assinado, o valor foi R\$ 48.748.575,82, ou seja, R\$ 717 mil a menos.

Diferentes também são os números do seguro do transporte. Na minuta, é de R\$ 615.678,00. No contrato assinado, o valor caiu para R\$ 606.633,82.

Ainda segundo a reportagem da TV Bahia, uma alteração entre a minuta e o contrato assinado deixa dúvidas na cláusula sobre as garantias de entrega dos respiradores que seriam com-



“O contrato não precisa retornar para a PGE. Com base nessas recomendações, o Consórcio faz as correções eventuais devidas e depois é colhida a assinatura do responsável, no caso, o governador [Rui Costa, presidente do Consórcio Nordeste]

Paulo Moreno
Procurador-geral do estado

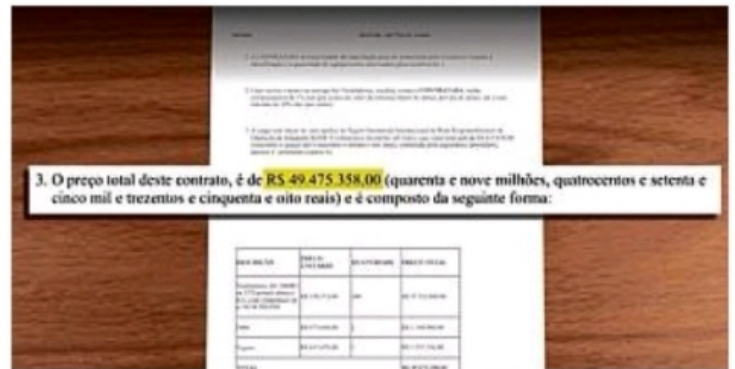
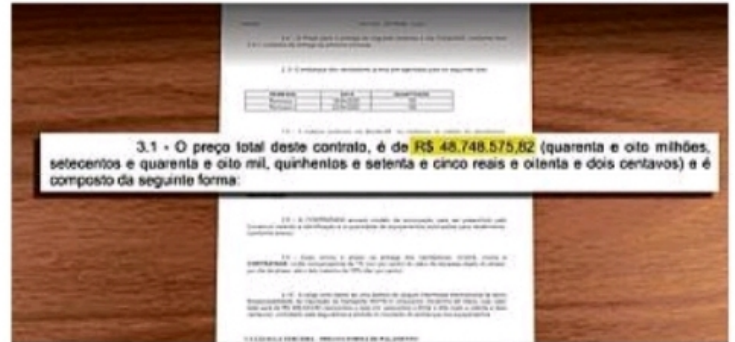


“Acredito que eu possa ter cometido erros e seguramente cometi, porque o dinheiro ainda não foi devolvido”

Bruno Dauster
Ex-secretário da Casa Civil, que pediu exoneração do cargo

prados na China. Na minuta, estava prevista a contratação de um seguro internacional para o transporte, com o objetivo de assegurar a entrega dos ventiladores ao contratante. Já no documento assinado, o texto diz que a seguradora se responsabiliza pelo transporte, mas a partir do momento do embarque dos equipamentos.

Como o seguro estaria



condicionado ao embarque e os respiradores nem foram comprados, a dúvida é saber se a empresa Hemptcare pode ser liberada da obrigatoriedade.

Toda revisão de contratos do estado é de responsabilidade da procuradoria, o que chegou a ser feito com a minuta. O procurador-geral Paulo Moreno responsabilizou a administração do Con-

sórcio Nordeste pelo governador Rui Costa ter assinado um contrato que não era igual ao que passou por revisão.

Apesar disso, quem comandou as negociações do contrato foi o ex-secretário da Casa Civil Bruno Dauster, que pediu exoneração no dia 4 de junho. Na quarta-feira (17), Dauster admitiu que errou “porque o dinheiro ainda não foi devolvido”, disse.

Contrato assinado e minuta apresentam valores diferentes sobre o total da compra de respiradores

FGTS: Caixa libera consulta a saque emergencial

DE ATÉ R\$ 1.045 A Caixa atualizou o aplicativo do FGTS para que os trabalhadores possam consultar o valor disponível para saque emergencial do fundo de garantia e a data em que o dinheiro será creditado em conta poupança digital. O valor máximo de saque é de R\$ 1.045 por pessoa. Segundo o banco, a atualização foi concluída nessa sexta (19/6), para as versões Android e IOS (Apple) do aplicativo, mesma data em que as consultas foram liberadas. A verificação sobre a quantidade e a data de liberação também pode ser feita através do Internet Banking da Caixa, pelo site fgts.caixa.gov.br, e na central 111.

Também já é possível ao trabalhador informar que não deseja receber valor do saque. Segundo a Caixa, o trabalhador poderá indicar que não deseja receber o saque emergencial do FGTS até 10 dias antes do início do seu calendário de crédito. Portanto, para os nascidos em janeiro, os primeiros a

37,8
bilhões de reais serão disponibilizados para 60 milhões de trabalhadores. Saques começam em 29 de junho por meio da poupança social digital

receber o crédito emergencial (no dia 29 deste mês), já é possível fazer essa solicitação.

No último dia 13, a Caixa divulgou o calendário de pagamento, autorizado pela Medida Provisória (MP) nº 946/2020. A ação faz parte do conjunto de medidas do governo federal de enfrentamento aos impactos causados aos trabalhadores pela pandemia de coronavírus.

Cerca de R\$ 37,8 bilhões serão liberados para aproximadamente 60 milhões de trabalhadores. De acordo com a MP, o valor do saque é de até R\$ 1.045 por trabalhador, considerando a soma dos saldos de todas as suas contas do FGTS (ativas - do emprego atual - e inativas).

O crédito dos valores do Saque Emergencial FGTS tem início em 29 de junho de 2020, para os nascidos em janeiro, e será realizado por meio da poupança social digital, aberta automaticamente pela Caixa em nome dos trabalhadores.

Contas digitais do tipo já

vinham sendo utilizadas para o pagamento do auxílio emergencial relacionado à pandemia do novo coronavírus, de R\$ 600. Com a MP 982/2020, o uso desse tipo de conta fica ampliado também para o saque do FGTS e o depósito de diversos benefícios sociais e emergenciais, inclusive pelos governos estaduais e municipais.

O cronograma de pagamento foi estabelecido com base no mês de nascimento do trabalhador e contém a data que corresponde ao crédito dos valores na conta poupança social digital, quando os recursos poderão ser utilizados em transações eletrônicas, além da data a partir de quando os recursos estarão disponíveis para saque em espécie ou transferência para outras contas. A movimentação do valor do saque emergencial poderá, inicialmente, ser realizada por meio digital com o uso do aplicativo Caixa Tem, sem custo, evitando o deslocamento das pessoas até as agências.

PIS/PASEP COMEÇA A SER PAGO NO DIA 30

ABONO O pagamento do abono salarial do PIS/Pasep ano-base 2019 terá início no próximo dia 30 e término em 30 de junho de 2021. Para os trabalhadores da iniciativa privada, vinculados ao Programa de Integração Social (PIS), a data de pagamento é no mês do nascimento. Para os funcionários públicos, associados ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), a data depende do dígito final do número de inscrição do Pasep.


FORD AVANÇA NA VENDA DA FÁBRICA DO ABC

MEMORANDO A Ford assinou na sexta (19/6) memorando de intenções para a venda da fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, com a Construtora São José, especializada em empreendimentos imobiliários logísticos e comerciais de alto padrão. O valor do negócio não foi revelado pela montadora, mas, na terça (16/6), o prefeito da cidade, Orlando Morando, que antecipou a informação da venda, disse que é de R\$ 550 milhões.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 20 e 21/06/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



BRASIL CHEGOU A UM MILHÃO DE INFECTADOS
DISPUTANDO O CAMPEONATO DE PIOR PAÍS DO
MUNDO NO COMBATE À PANDEMIA

A escalada do vírus entre nós

Um milhão é um número assustador e sabemos que ele é apenas o que está registrado. O Brasil superou esse número de infectados pelo novo coronavírus sem uma luz no fim do túnel. Foram pouco mais de três meses de intensidade vertiginosa, de erros colossais, de tumulto extra produzido pelo próprio presidente da República. O mundo inteiro está aprendendo com a pandemia, alguns países mais rapidamente do que outros.

Para se ter uma ideia da velocidade, e de como a pandemia nos pegou despreparados, um integrante da equipe econômica me disse no começo de março, quando o Brasil tinha quatro infectados, que o país seria pouco afetado. A tese era que o Brasil é fechado, do ponto de vista econômico e comercial. É,

de fato, país de muitas barreiras ao comércio e pouco integrado às cadeias globais de produção. Ainda assim tem uma intensa relação com o mundo, muitos voos internacionais, e tem na China o seu maior parceiro comercial.

Talvez baseado nesse diagnóstico, o ministro Paulo Guedes chegou a falar numa entrevista à revista "Veja", no dia 13 de março, quatro dias antes da primeira morte, que "com R\$ 3, R\$ 4, R\$ 5 bilhões a gente aniquila o coronavírus. Porque já existe bastante verba na saúde, o que precisaríamos seria de um extra. Mas sem espaço fiscal não dá". Na semana seguinte, no dia 17, o governo pediu ao Congresso que reconhecesse o estado de calamidade pública. O pedido foi publicado no Diário Oficial do dia 18 e

aprovado no Senado no dia 20. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, propôs um "orçamento de guerra".

O país que não tinha espaço fiscal, três meses depois está com a projeção oficial de déficit de R\$ 800 bilhões em 2020. Tudo se precipitou. Os especialistas em políticas sociais alertaram que era preciso criar um programa de renda de emergência, e economistas que sempre defenderam o controle do gasto público disseram que era hora de ampliar, e muito, as despesas. O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, numa entrevista que me concedeu no dia 16, havia dito que o governo deveria decretar – como o fez no dia seguinte – calamidade, como o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O mundo inteiro foi na tenta-

tiva e erro diante desse inimigo desconhecido, invisível, contagioso. Alguns países erraram mais. Nós disputamos o campeonato do pior do mundo, infelizmente. Esse é o preço que o país está pagando pelo negacionismo do presidente.

Bolsonaro fez o que pôde para tornar a vida do país mais difícil na pandemia. Está no terceiro ministro da Saúde desde que ela chegou ao país. Entrou em rota de colisão com o então ministro da Justiça Sergio Moro, que saiu atirando. Os tiros viraram um inquérito no STF em que o presidente é investigado por tentar interferir na Polícia Federal. Participou de manifestações que defenderam o fechamento do Congresso, do Supremo, e pediram um novo AI-5. Uma dessas em frente ao Exército em Brasília, que virou outro inquérito. Fez uma calamitosa reunião ministerial em abril, quando o país já tinha quase três mil mortos, e ele já havia demitido o primeiro ministro da Saúde. Nela, ele não mostra qualquer preocupação com a pandemia, mas sim em armar a população para a luta contra as medidas restritivas impostas por governadores. Criticou todas as regras de prevenção, exibiu-se sem máscara-

ra, subestimou os riscos da doença, tentou manipular os dados, estimulou a invasão de hospitais e na última quinta-feira disse que o número real de mortes é 40% menor, baseado em nenhuma evidência.

A revista "Economist" trouxe ontem uma reportagem dizendo que o Reino Unido tem o governo errado para esta doença. Entendo o que quer dizer. Governo faz toda a diferença. Um estudo da Economist Intelligence Unit, sobre os países da OCDE, fez um ranking do desempenho na pandemia. A Alemanha está entre os melhores países, o Reino Unido, entre os piores.

O mundo ainda não sabe o que fazer. Ontem, a Apple anunciou que voltará a fechar 11 lojas em quatro estados americanos. A China teme uma segunda onda, com o aparecimento da doença em Pequim. No Brasil, os governadores começaram a abrir a economia, com maior ou menor grau de precipitação. Alguns já recuam. O país está numa enorme crise institucional, como se não bastasse ter um milhão de infectados por um vírus que a humanidade ainda não sabe como vencer.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/06/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 22 de Junho de 2020 - 07:20

O desafio da interiorização do combate à Covid-19 e o legado na infraestrutura de saúde

por **Fernando Duarte**



Um dano colateral do novo coronavírus será o aumento da infraestrutura de saúde no Brasil. Antes muito concentradas nos grandes centros urbanos, as unidades de saúde com maior complexidade foram instaladas às pressas e devem servir como uma espécie de “legado”, em meio aos nefastos números esperados para a pandemia. É a lógica de olhar o problema pela ótica do copo meio cheio. A adversidade vai gerar algo com o que, historicamente, os governos não se preocupavam: a interiorização da saúde.

Pena que acontece em um ritmo muito menor do que o necessário. Depois da expansão nas cidades maiores - com exceções na região sul da Bahia -, a Covid-19 deve arrasar municípios baianos menores. Sem estrutura para dar suporte a casos mais graves, as prefeituras tentam, em vão, conter a disseminação do coronavírus para tentar reduzir o número de casos. Lamentavelmente, não conseguem. Parte por conta da incompetência de comunicação e parte por falta de consciência da população. Independente das responsabilidades, o resultado será trágico. Cada vida fará falta para alguém.

Ainda que os números sigam em curva ascendente, a discussão sobre reabertura do comércio começa a tomar proporções difíceis de serem controladas. Para os prefeitos, é difícil resistir à pressão política para retomar as atividades regulares. Em um ano eleitoral, quando a máquina estatal favorece quem está no poder, é provável que haja uma concessão ainda mais flexível, sob o risco de perder o capital político. Não precisa ser o mais esperto para saber, entre esfacelamento de apoio e a flexibilização do comércio, qual lado é menos duro de escolher.

O desempenho dos gestores públicos durante a pandemia deve ser crucial para entender os rumos das eleições de 2020 – que até aqui não tiveram mudança na data. Seja para ampliar a oferta de acesso à saúde, com aumento da capacidade de suporte, seja para a negociação com setores produtivos para encontrar um meio-termo entre o completo isolamento social e a reabertura total das atividades. Nas maiores cidades, a situação é até menos complexa, pois

outros entes federativos tendem a auxiliar. Já nos lugares onde o vento faz a curva, o desafio extra é saber administrar a crise de maneira menos traumática.

Os cenários pós-pandemia são bem difíceis de prever. Até porque não está claro quando a disseminação do coronavírus vai ser estabilizada. Ainda assim é importante enxergar uma luz no fim do túnel, com a expectativa de que algo de bom vai sair do caos. É ter um quê de otimismo para não endoidecer de vez.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/06/2020	Caderno: Notícias



Domingo, 21 de Junho de 2020 - 16:00

Por conta da pandemia, PIB da Bahia pode ter queda de até 7,6%, estima Corecon-BA

por Matheus Caldas

A crise por conta da pandemia do novo coronavírus pode acarretar numa taxa de decréscimo entre 5,8% e 7,6% no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia. A estimativa foi feita pelo Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA).

A projeção foi explicada pelo presidente do conselho, o economista Gustavo Pessoti, em entrevista ao Bahia Notícias. "Isso tem sido a tônica das consultorias, da Fieb e dos institutos que fazem a previsão. Eles apontam para uma taxa de decréscimo neste horizonte", pontua.

Segundo Pessoti, o índice desta queda, até o fim do ano, vai depender de quando será o decréscimo do consumo das famílias no estado. Este quesito representa cerca de 70% do PIB do estado. "Num cenário otimista as famílias vão diminuir consumo de bens e serviços em aproximadamente 13%. É isso que dá a dinâmica da economia como um todo. Num cenário pessimista, o consumo das famílias pode se retrair 20,7%. Isso que provocaria uma possível queda mais forte no PIB, de 7,6%. Significa que é um ano a ser lembrado, não a ser esquecido. Isso com certeza vai reverberar nas taxas de crescimento dos anos seguintes", projeta.

Para 2021, a projeção é de crescimento. De acordo com Pessoti, no entanto, não há método estatístico consolidado para esta estimativa, que foi sinalizada em discussões na plenária do Codecon-BA. Neste contexto, a depender da evolução da economia no último trimestre de 2020, o próximo ano pode ter um crescimento no PIB entre 1,5% e 2%. "Isto a depender dos vetores econômicos e a depender de como se dê o comportamento do segundo semestre agora", diz, ressaltando que está é uma previsão moderada.

Atualmente, municípios no interior se revezam entre decretos de flexibilização e de rigidez no que se refere ao funcionamento do comércio. Em Salvador, os shoppings centers estão fechados e há uma série de restrições para o funcionamento de atividades comerciais. As proibições são válidas também para centros comerciais, clubes sociais, praias e as atividades do comércio de rua.

Veículo: Política Livre	
Data: 20 a 22.06.2020	Caderno: Economia



O governador Rui Costa (PT)

19 de junho de 2020 | 19:15

Rui prorroga decretos e anuncia testagem de estudantes em três cidades

Eventos com mais de 50 pessoas e aulas nas unidades de ensino das redes pública e privada seguem proibidos em todo o território estadual por pelo menos mais 15 dias. A novidade foi anunciada pelo governador Rui Costa (PT), no final da tarde desta sexta-feira (19), durante a live que faz para atualizar os números do novo coronavírus, na Bahia. O decreto nº 19.586, que determina a proibição das atividades e venceria neste domingo (21), ficará em vigor até o dia 6 de julho.

Segundo o governador, como das outras vezes, quando estiver perto de vencer o prazo do decreto, o cenário voltará a ser avaliado. “Atualmente, a

Bahia registra 43.922 casos com 22.028 ativos, 20.589 curados e 1.305 óbitos, bem como 1.300 leitos ocupados, chegando a 75% de ocupação. São números que deixam a Bahia em uma situação melhor do que a de outros estados, mas não se pode vacilar, não podemos abaixar a guarda, por isso o decreto precisa ser renovado”, explicou Rui.

O decreto proíbe todas as atividades que envolvem aglomeração de pessoas, como eventos desportivos – inclusive jogos de campeonatos de futebol, profissionais e amadores -, religiosos, shows, feiras, apresentações circenses, eventos científicos, passeatas, aulas em academias de dança e ginástica, bem como abertura e funcionamento de zoológicos, museus, teatros, dentre outros.

Ainda visando conter a disseminação acelerada do novo coronavírus nas diferentes regiões do estado, o decreto também engloba a determinação de suspender o transporte coletivo intermunicipal em cidades baianas com registros recentes de casos da Covid-19.

Testagem de estudantes

O governador também contou que, na próxima terça-feira (23), o Estado começará uma nova etapa no monitoramento da Covid-19. “Serão feitos testes, em um primeiro momento, em alunos da rede estadual de Itajuípe, Ipiauí e Uruçuca, cidades que oficialmente registram pelo menos 1% da população contaminada pelo vírus. A ideia é tentar fazer um diagnóstico dos alunos da rede, tendo acesso a dados como quantos tiveram, quantos estão contaminados, obtendo assim uma pequena amostra do que está ocorrendo com esses estudantes, bem como com os servidores e possibilitando a elaboração de um plano mais assertivo de retomada das aulas”, detalhou.

Rui finalizou a transmissão pedindo a compreensão e a paciência dos baianos, diante da chegada do São João. “Quando antecipamos as datas comemorativas juninas, muita gente fez graça. Precisamos levar isso a sério e evitar aglomerações, inclusive dentro de casa, com os próprios familiares. Estamos perto de vencer essa doença e precisamos do apoio de todos, que cada um faça a sua parte”, concluiu.



Cautela dos mais ricos freia saques da poupança e indica recuperação lenta

Classes mais altas reduzem consumo, e as mais baixas queimam reservas, o que tende a agravar desigualdade social

Fernanda Perrin

SÃO PAULO O saldo recorde da poupança registrado em maio —R\$ 921 bilhões— resulta não só do aumento do volume de depósitos, fruto do auxílio emergencial, mas também de uma queda significativa das retiradas.

A queda nos resgates à primeira vista é contraintuitiva, considerando a alta do desemprego e as reduções salariais, fatores que deveriam levar as famílias a usar mais suas reservas.

No entanto, o que parece estar ocorrendo é o movimento contrário, alimentado por uma atitude precacionista entre as classes média e alta diante de um quadro de incerteza e volatilidade, afirmam economistas.

O dado reforça a avaliação de que o impacto econômico da pandemia está sendo sentido de forma heterogênea por famílias de maior e menor renda, o que pode agravar a desigualdade social.

Em março, quando a pandemia estourou no Brasil, o volume sacado da aplicação foi de R\$ 209,7 bilhões —valor 5,8% superior ao registrado em fevereiro e 14,4% maior que o observado no mesmo período do ano passado.

Apesar do agravamento causado pela crise do novo coronavírus desde então, o montante resgatado em abril caiu 11,8% em relação a março, para R\$ 184,9 bilhões. O número é inferior mesmo ao observado em abril do ano passado (-8,2%), meses antes do início da pandemia.

Em maio ocorre uma recuperação parcial do volume de saques, que volta ao mesmo patamar de fevereiro, mas o montante total permanece inferior na comparação anual (-3%).

Há quatro vetores principais em ação que explicam esse resultado, um no sentido de aumentar os saques e três no de reduzir, analisa Martin Iglesias, especialista em investimentos do Itaú Unibanco.

Incentiva o aumento dos resgates a perda de renda das famílias, que se viram obrigadas a usar suas reservas. A pandemia levou a uma queda recorde de postos de trabalho —foram 4,9 milhões de vagas perdidas no trimestre encerrado em abril.

Por outro lado, houve também uma redução do consumo, um reordenamento da prioridade dos resgates entre diferentes aplicações e uma redução do ritmo de migração da poupança para outros investimentos, afirma Iglesias.

No primeiro trimestre, o consumo das famílias caiu 2% em relação aos três meses anteriores, pior resultado desde 2001, segundo dados do IBGE. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) projeta um tombo de 11,2% no indicador até o fim do ano.

Já o reordenamento das prioridades de investimento responde a um comportamento de aversão ao risco.

“Nós passamos por uma volatilidade muito forte no mercado. Nesse cenário, algumas pessoas optaram por resgatar os ativos de maior risco em vez da poupança”, diz Iglesias.

Esse comportamento explica também o terceiro vetor: em vez de sair da poupança em busca de investimentos com maior retorno, como fundos multimercado —movimento que vinha crescendo nos últimos anos—, os investidores preferiram se manter numa aplicação de menor risco, ainda que de rentabilidade menor.

Outro fator que ajuda a entender a preferência pela pou-

pança em detrimento de outras aplicações de renda fixa é a vantagem de tributação —os rendimentos da aplicação são isentos de Imposto de Renda, aponta Ricardo Barboza, professor colaborador do Coppead (UFRJ) que vem estudando o impacto da incer-

teza na economia brasileira no período recente.

Esse quadro não é uma exclusividade brasileira: foi visto em escala internacional com o aumento da demanda por títulos do Tesouro americano.

“É como se o mercado de investimento para pessoas físicas tivesse um componente contracíclico. Quando as coisas ficam mais difíceis, aquele que pode, cuja renda não caiu tanto ou não caiu, tende a segurar seus gastos e aumentar as aplicações”, afirma Iglesias.

Já José Francisco de Lima Gonçalves, economista do Banco Fator, levanta a hipótese de parte dos beneficiários do auxílio emergencial de R\$ 600 não estar resgatando o dinheiro.

Seria m pessoas com condições de se manter com outras fontes, preferindo manter o auxílio na poupan-

ça por cautela.

“Quem tem renda média para cima está atrás de rendimento, não de liquidez. Então quem vai para a poupança é quem não faz aplicações mais sofisticadas”, afirma o economista do Fator.

Continua na pág. A16

Tem gente enfrentando um mar bravo pela primeira vez. E tem o Safra, que há 175 anos mantém o barco navegando.

Para cuidar dos seus investimentos, procure a experiência dos verdadeiros especialistas.

Anúncio publicado em 2003.



Invista como um especialista.
Invista Safra.



Governo congela concursos e libera 20 mil temporários

Percepção era que havia excesso de servidores, mas falta gente em várias áreas

Bernardo Caram

BRASÍLIA Sob orientação do ministro Paulo Guedes (Economia) de enxugar a estrutura do funcionalismo, o governo Jair Bolsonaro congelou concursos públicos. Neste ano, não houve autorização para nenhuma seleção de novos servidores federais.

Por outro lado, entre janeiro e junho, foi autorizada a contratação de quase 20 mil funcionários temporários para atuar em diversas áreas da administração pública. A expectativa do Ministério da Economia é que o número continuará subindo.

A equipe de Guedes tenta evitar que o Congresso deixe caducar uma MP (medida provisória) que amplia a possibilidade de uso de temporários.

O texto, que libera até contratações por tempo determinado de engenheiros e pesquisadores, perderá a validade se não for votado até o dia 29.

O projeto altera uma lei de 1993 e foi pensado para viabilizar a contratação de militares e aposentados para a força-tarefa do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Porém, o texto foi ampliado e passou a prever outras possibilidades, como execução de projetos industriais, ocupação de vagas que se tornaram obsoletas a curto prazo ou em crises humanitárias, ambientais e de saúde pública.

A MP ainda depende de votação nos plenários da Câmara e do Senado.

Após assumir o comando da Economia no ano passado, Guedes indicou que suspenderia concursos públicos.

Com o argumento de que houve excesso de contratações em governos anteriores, a estratégia adotada foi a de não repor de vagas desocupadas. Segundo o ministro, 42% do efetivo de servidores federais deve se aposentar em um prazo de cinco anos.

Hoje, há 600 mil trabalhadores ativos no serviço público federal. Desse, 518 mil são concursados, e 72 mil, temporários, e 10 mil obedecem às regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

"Você não precisa demitir, não precisa fazer nada. Basta desacelerar as entradas, que vai acontecer naturalmente. Esse excesso vai embora sem custo, sem briga, sem demissão", disse em junho de 2019.

Em 2020, nenhum novo concurso foi autorizado. Os 2.500 servidores nomeados no primeiro semestre ocuparam vagas remanescentes de seleções feitas em anos anteriores.

As autorizações para o regime temporário no mesmo período somam 19,8 mil.

Em 2019, foram liberadas 235,1 mil contratações desse tipo, mas 234,8 mil seriam para o IBGE realizar o Censo Demográfico, que acabou adiado. Desconsiderando esse efetivo, as autorizações somaram apenas 244 temporários em outros órgãos.

A autorização para o maior contrato por tempo determinado neste ano foi para a formação da força-tarefa do INSS. Foram liberadas 8.200 contratações temporárias para tentar zerar a fila de espera de benefícios no órgão, que teve forte redução de servidores nos últimos anos. O efetivo do INSS caiu de 33 mil em 2016 para 23 mil em 2019.

Para o vice-presidente da Anasps (Associação Nacional dos Servidores da Previdência e Seguridade Social), Paulo César Régis de Souza, parte da dificuldade no atendimento é fruto da escassez de servidores especializados. Para ele, a contratação de

temporários não resolve o problema. "Temos defasagem de 11 mil servidores hoje. Esses 11 mil não podem ser terceirizados ou temporários", disse.

O governo também autorizou 5.200 temporários para ações do Ministério da Saúde no combate ao coronavi-

rus. A pasta ainda solicitou 4.100 contratos desse tipo para atuação em hospitais federais do Rio de Janeiro.

Para o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), foram liberados cerca de 1.500 contratos temporá-

rios para prevenção e combate a incêndios florestais.

De acordo com o presidente da Asibama-DF (Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente), Alexandre Bahia Gontijo, a chamada é compreensível.

Continua na pág. A22

Raio-X do serviço público federal



19,8 mil é o número de temporários autorizados nos primeiros meses de 2020

Em 2019, foram liberadas 235.060 contratações, mas 234.816 seriam para o IBGE realizar o Censo Demográfico, que acabou adiado. Desconsiderando esse efetivo, as autorizações do ano passado somaram apenas 244 temporários em outros órgãos

Tem gente enfrentando um mar bravo pela primeira vez. E tem o Safra, que há 175 anos mantém o barco navegando.

Para cuidar dos seus investimentos, procure a experiência dos verdadeiros especialistas.

Anúncio publicado em 2003.



Invista como um especialista.
Invista Safra.



mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineis@grupofolha.com.br

Dou-lhe uma

Depois de chegar às redes de farmácias, a venda de testes para detectar a Covid-19 foi lançada no mercado de leilões online. A Sold, que pertence ao grupo Superbid, e também faz pregões de imóveis, veículos e outros produtos, disponibilizou na quinta-feira (18) 17 lotes com 600 kits cada um, ao lance inicial de R\$ 48 mil até o dia 30 de junho em seu site. O presidente da empresa, Henri Zylberstajn, afirma que se trata de uma primeira experiência com o produto na plataforma.

DOU-LHE DUAS Zylberstajn afirma ter sido procurado pela Renova Medical Indústria, que também vende outros itens hospitalares, e fez a importação dos testes. Segundo ele, os exames revelam o resultado para a doença em cerca de 15 minutos.

ARREIMATE Para o empresário, a venda de lotes com 600 kits será um atrativo sobretudo para os laboratórios de pequeno e médio porte porque eles não costumam importar diretamente os testes como fazem os grandes hospitais e companhias.

LANCE Zylberstajn diz que a Sold exige que os clientes apresentem licenças para comprovar que eles podem aplicar os testes antes de participarem dos pregões. Ele afirma que os compradores também podem agendar visitas para conferir os equipamentos pessoalmente.

CLIQUE O leilão online não é o único meio digital para comprar os testes de coronavírus. No site do Mercado Livre já é possível encontrar o produto à venda para empresas.

PIUFABACAXI O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, fez aniversário nesta sexta-feira (19) e ganhou de presente do corpo técnico da pasta um Ferrorama da Estrela.

CHOQUE, CHOQUE Imediatamente, ele brincou que começaria a montar neste fim de semana com a Valec e já prepararia o leilão com o PPI (Programa de Parcerias de Investimento). Diz que vai aproveitar o recurso da outorga e fazer um novo Ferrorama.



Ministro ganha Ferrorama de presente Arquivo pessoal

com Mariana Graziani

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



Gov. congela concursos e libera 20 mil temporários

Continuação da pág. A21

Gontijo explica que o período de seca demanda um efetivo maior de brigadistas para combater os incêndios.

O problema, segundo ele, está na falta de servidores. Ele afirma que o órgão pede a realização de novos concursos anualmente, mas não é autorizado pelo governo federal. "Estamos com efetivo muito abaixo do ideal, a gente vem perdendo servidores em ritmo acelerado. Essa defasagem vem há alguns anos, mas está pior agora", afirmou.

No Exército, foi aberta chamada para 522 temporários atuarem nos departamentos de engenharia e construção e de ciência e tecnologia.

O secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Wagner Lenhart, prevê que os pedidos por contratações temporárias continuarão crescendo neste ano.

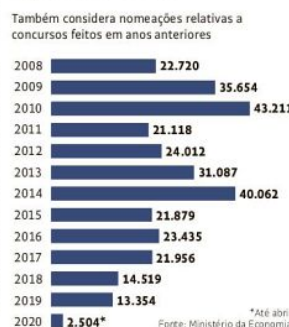
A menos de dez dias para a perda de validade da MP que amplia o leque de temporários no serviço público, ele justifica que o texto moderniza uma legislação de quase 30 anos e diz que o governo negocia com o Congresso para que o texto seja aprovado.

Lenhart argumenta que a atual política econômica busca racionalizar o serviço público. Ele justifica que as contratações temporárias são complementares e servem para objetivos pontuais e específicos.

Contratações temporárias autorizadas em 2020

Órgão INSS	Finalidade	Vagas
	Reduzir fila de espera por benefícios	8.230
Ministério da Saúde	Combate à pandemia do coronavírus	5.158
Ministério da Saúde	Suprir hospitais federais do RJ	4.117
Ibama	Combate a incêndios florestais	1.481
Exército	Projetos de engenharia e ciência	522
Ministério do Desenvolvimento Regional	Reduzir passivo processual	249

Ingressos de concursados



Em busca de caixa, Guedes volta a testar Congresso sobre venda da Eletrobras

Equipe econômica quer convencer parlamentares de que, além de gerar dinheiro, privatização pode atrair investimento privado

Danielle Brant e Bernardo Caram

BRASÍLIA A expectativa de um grande rombo nas contas públicas neste ano por causa da pandemia do novo coronavírus levou o ministro Paulo Guedes (Economia) a testar novamente no Congresso o plano de privatizar a Eletrobras.

Membros do Ministério da Economia afirmam que a privatização não apenas traria reforço ao caixa da União mas também destravaria investimentos privados no setor.

A ofensiva não é nova. Buscada sem sucesso pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), a venda da estatal de energia se tornou uma das metas de Guedes desde que assumiu o cargo, no governo Bolsonaro.

O Planalto chegou a enviar, em novembro do ano passado, um projeto de lei para viabilizar a privatização da empresa, que começou a tramitar — e travou — na Câmara.

Pela proposta, seriam emitidas novas ações da estatal para diluir a participação da União, que também venderia papéis que tem na Eletrobras.

O governo, porém, jogou a toalha depois de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmar que, mesmo que passasse na Câmara, a iniciativa dificilmente seria chancelada pelos senadores.

Em janeiro, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira, afirmou que a venda da estatal ficaria para o segundo semestre de 2021. No entanto, diante da projeção de déficit primário superior a R\$ 800 bilhões, Guedes decidiu retomar as articulações para tentar vender a estatal antes disso.

R\$ 16 bilhões

era a expectativa de arrecadação da União com a privatização da Eletrobras antes da pandemia

R\$ 800 bilhões

é a atual projeção de déficit primário do governo com o aumento de gastos e perda de arrecadação para combater os efeitos econômicos do novo coronavírus

O esforço ocorre em um cenário, em tese, mais favorável ao governo na Câmara, depois da adesão de partidos do centro — como PP, PL e Republicanos — à base informal de apoio ao governo em troca de indicações a cargos públicos.

Na semana passada, para testar terreno, o líder do governo na Câmara, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), já iniciou conversas com partidos de centro-direita sobre a venda da estatal.

Até o momento, o resultado é pouco animador para o governo. "É difícil prosperar, não necessariamente pelo tema privatização", afirma o líder do DEM na Câmara, deputado Efraim Filho (PB).

Segundo o congressista, mesmo quem defende a venda tem a avaliação de que há uma aversão a risco no mercado global por causa da crise do novo coronavírus, o que reduz o apetite de potenciais compradores.

"Há também o receio de que nosso patrimônio fosse desvalorizado bem além do que poderia atingir mais adiante", diz. Em contas feitas pelo governo no ano passado, a capitalização da Eletrobras geraria pelo menos R\$ 16 bilhões ao Orçamento da União.

Diante do maior rombo fiscal já registrado no país, membros da equipe de Guedes reconhecem que a privatização terá algum alívio, mas será apenas uma fração dos recursos necessários para o governo se recuperar.

Por isso, a pasta quer apostar no argumento de que a venda é uma chance de estimular investimentos privados no setor elétrico, com potencial geração de empre-

Na contratação temporária não vem para substituir a contratação efetiva. Temos consciência de que vamos precisar continuar com os concursos públicos para atender à administração", disse à Folha.

Na pauta do serviço público, a equipe econômica desenvolveu uma proposta de reforma administrativa. O projeto previa uma reestruturação das carreiras de servidores, redução de salários de entrada, aprimoramento das avaliações de desempenho e fim da estabilidade para a maior parte dos cargos.

Entre as mudanças estava a previsão de maior rigor na efetivação de novos servidores. Todos teriam que passar por um período inicial de três anos de experiência, com exoneração automática no fim desse período. A efetivação dependeria do desempenho do candidato e da existência de vaga.

O texto ficou pronto para entrega ao Legislativo, mas foi adiado sucessivamente até que começou a pandemia. A apresentação da medida pode ficar para 2021.

Em outra frente, já em vigor, Guedes conseguiu condicionar a aprovação do pacote de socorro a estados e municípios ao congelamento salarial de servidores.

Após negociação com congressistas e Bolsonaro, o ministro conseguiu incluir no texto um dispositivo que barrea reajustes salariais no funcionalismo até o fim de 2021.

gos após a pandemia.

Na avaliação de Guedes, a Eletrobras não tem capacidade para fazer sozinha os investimentos necessários ao desenvolvimento do setor.

O deputado Zé Silva (MG), líder do Solidariedade na Câmara, também vê pouco espaço para que a venda da estatal seja ratificada. "Acho difícil temas tão estruturantes assim serem aprovados. Vai depender da pandemia", afirma.

Nos bastidores, há a avaliação entre os congressistas de que mesmo o governo tem dúvidas sobre a venda da estatal. O setor é considerado estratégico por alas militares, que temem uma participação excessiva de estrangeiros.

A aliados do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o governo não teria apoio para tocar a privatização da estatal, em especial pelo atual contexto do país.

Em março, quando Guedes e parte da equipe econômica do governo estiveram na Câmara para falar sobre ações de enfrentamento à crise sanitária, o ministro incluiu a venda da Eletrobras entre as medidas de combate à Covid-19.

A decisão irritou parlamentares, que viram uma manobra política do governo na opinião pública para pressionar os congressistas a aprovar a proposta.

Além disso, a avaliação é que, no Senado, a resistência continua sendo muito grande, em especial entre congressistas do Norte e do Nordeste. Em dezembro, Alcolumbre calculou haver pelo menos 48 senadores contrários à venda da estatal, que precisaria do apoio da maioria dos 81 senadores.

Equipe de Guedes teme estragos de Weintraub no Banco Mundial

Preocupação é que, agora, falas polêmicas serão interpretadas como posições do governo brasileiro

Bernardo Caram
e Thiago Resende

BRASÍLIA A saída de Abraham Weintraub do MEC (Ministério da Educação) foi celebrada, nos bastidores, por membros do Ministério da Economia.

A demissão é vista como chance de aproximação e redução de atritos entre os Poderes, especialmente em um momento em que a pasta busca articular reformas econômicas e reestruturação de programas sociais no Congresso.

Por outro lado, representantes da pasta e negociadores brasileiros afirmam que a indicação do ex-ministro ao posto no Banco Mundial, em Washington, tem grande potencial de dano ao comportamento de seu país.

A avaliação na área econômica é que o ex-ministro terá de se abster do tom de confronto e das falas polêmicas, já que, agora, suas declarações serão interpretadas internacionalmente como posições do governo brasileiro.

Na quinta (19), foi anunciada a demissão de Weintraub do Ministério da Educação. No mesmo dia, foi confirmada sua indicação para ocupar o cargo de diretor executivo no Banco Mundial para um grupo de nove países acionistas do qual o Brasil faz parte.

Weintraub disse nesta sexta (19), em rede social, que deixará o país em breve. "Aviso à tigrada e aos gatos angorás (governo bem docinho). Estou saindo do Brasil o mais rápido possível (poucos dias). Não quero brigar! Quero ficar quieto, me deixem em paz, porém, não me provoquem!"

Internamente, o ministro Paulo Guedes (Economia) já demonstrou descontentamento com Weintraub.

Na avaliação da equipe de Guedes, as constantes polêmicas nas quais Weintraub se envolvia produziam ruídos no governo e criavam rugas com o Congresso e o Judiciário. Com a demissão, membros da pasta esperam que as negociações com o Legislativo fiquem mais fáceis.

Nos próximos meses, Guedes quer dar vazão a uma pauta de retomada da economia, com reformas estruturantes e a criação de um novo programa de empregos com encargos reduzidos. Também entrará no pacote uma reformulação de programas sociais.

O tema é considerado delicado porque o ministro quer revisar ou extinguir programas considerados ineficientes, como abono salarial, farmácia popular e seguro-defeso.

Entretanto, se a demissão gerou relatos de alívio, a nomeação para o Banco Mundial tem gerado preocupação.

Na avaliação de técnicos, frases colocadas por Weintraub sem o devido cuidado poderão fazer estragos nas relações do Brasil com outros países.

A diretoria-executiva já foi ocupada por Pedro Malan, Murilo Portugal e Otaviano Canuto, considerados bons negociadores e diplomatas.

A decisão de Bolsonaro de apresentar um aliado com a função no Banco Mundial também foi criticada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que já havia se manifestado a favor da troca de comando no MEC.

Apesar da avaliação negativa, membros da equipe econômica esperam que Weintraub seja reconduzido à vaga em outubro, quando haverá a troca de gestão dos diretores executivos da instituição.

O posto é ocupado interinamente pela filipina Elsa Agustín desde janeiro de 2019.

Weintraub foi indicado pa-

ra ocupar uma das 25 cadeiras do Conselho da Diretoria-Executiva do Banco Mundial. Ao titular desse cargo cabe representar não apenas o Brasil mas também Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

Nesta sexta, o Banco Mundial foi informado sobre a escolha brasileira. Se eleito pelo grupo de países que irá representar, o mandato de Weintraub será até 31 de outubro, quando se encerra a gestão aprovada há quase dois anos. Para continuar ocupando a

vaga, ele precisará passar por nova eleição em outubro, que lhe garantiria um mandato de dois anos a partir do pleito.

Interlocutores do governo afirmam que não há impedimento para a recondução do nome. A avaliação é que a medida será uma mera formalidade a ser cumprida após de-

finição do governo. A decisão final caberá a Bolsonaro.

Membros do governo ressaltam que a formação dos grupos de países no banco muitas vezes não coincide com as indicações de seus representantes. Por isso, não haveria pro-

blema em uma recondução. Apesar do histórico de polêmicas e distante da diplomacia necessária ao cargo, a equipe de Guedes diz acreditar que Weintraub será reconduzido.

O salário anual previsto é de US\$ 258,570, o equivalente a R\$ 115,8 mil mensais, sem 13º —R\$ 1,3 milhão por ano. O valor é mais de três vezes o salário de ministro, de R\$ 31 mil.

Economista pela USP, Weintraub fez carreira no Banco Votantim (hoje BV). Ele ingressou como estagiário no grupo em 1994, mesmo ano em que se graduou, e lá permaneceu até 2012. Ele também foi sócio de uma gestora de fundos.

Leia mais sobre Abraham Weintraub nas pág. A25 e B7

TERCEIRA E ÚLTIMA FASE | ANTECIPE-SE

RAIZ SÃO PAULO
PARQUE RESERVA

É RARO, MAS ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO.

AS OBRAS DO PROJETO MAIS GRANDIOSO DA ZONA SUL JÁ COMEÇARAM.

A PARTIR DE
R\$ 489 MIL*
FINANCIADO ATÉ 360 MESES

2 A 4 DORMS. | 2 OU 3 VAGAS** | 66, 83 E 108 M²

AGENDE SUA VISITA

3817-0025
RAIZSAOPAULO.COM.BR

DIGITE WAZE: RAIZ SÃO PAULO
RUA CARLOS GOMES, 924

Intermediação: **ABYARA**

Intermediação: **FERNANDEZ MERA**
www.fmera.com.br

Realização e Construção: **MAC**
CONSTRUTORA E INCORPORADORA

MAC Veneza Empreendimentos Imobiliários Ltda. Memorial de Incorporação registrado sob o R.E. na matrícula nº 392.118, do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, em 29/7/2019. Creci Acesso: 21364-1. *Preço referente a unidade 18 - Torre Eucalipto 66 m² - 3º andar. Tabela referente a junho. **Cada apartamento terá direito ao uso de 2 vagas de garagem, com exceção única e exclusivamente dos apartamentos da Torre 3 da Fase 3, que terão direito ao uso de 1 vaga de garagem. Para todos os apartamentos há ainda possibilidade de aquisição de mais vagas de garagem, estas individuais e autônomas.

Veículo: Estadão	
Data: 20 a 22.06.2020	Caderno: Economia



O projeto de alteração do ITCDM em SP: para além do aumento da alíquota

Viviane Girardi e Daniel Bucar*

22 de junho de 2020 | 09h00

Sob a justificativa de aumentar a arrecadação, alinhar alíquotas às praticadas por outros Estados da Federação e, inclusive, por outros países, tramita na ALESP o Projeto de Lei 250/2020, que busca modificar alguns pontos do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD do Estado de São Paulo.

A tentativa de alteração não é novidade. Além de acompanhar uma onda de revisão da cobrança do ITCMD surfada por outros entes da Federação no pós-crise de 2015, a própria ALESP ensaiou aprovar, naquele mesmo ano, o PL 1408/2015. O projeto, contudo, foi arquivado à época.

No atual cenário, pode ser que a crise fiscal encoraje a aprovação do projeto, que possui quatro pontos sensíveis e chama a atenção do mercado jurídico: o próprio aumento das alíquotas, a adequação do valor venal dos imóveis à legalidade tributária, o método de apuração do valor das cotas de holding familiar e a tributação de valores alocados em planos de previdência privada complementar.

No que toca à alíquota, o Projeto pretende substituir a alíquota fixa vigente de 4%, por uma tributação progressiva, assemelhando-se ao método do imposto de renda. São previstas cinco faixas de tributação. Heranças avaliadas entre R\$ 276.000,00 e R\$ 828.300,00 passariam a ser tributadas, nesta margem, à razão de 4%. As faixas sucessivas, compreendidas entre (1) R\$ 828.300,00 e R\$ 1.380.500,00, seriam tributadas em 5%, (2) R\$ 1.380.500,00 e R\$ 1.925.700,00, em 6%, (3) R\$ 1.925.700,00 e R\$ 2.484.900,00, em 7%, e (4) o que for superior a R\$ R\$ 2.484.900,00, em 8%. Para se ter noção do impacto, uma herança avaliada em R\$ 3.000.000,00 é atualmente tributada no Estado de São Paulo em 4%, o que resulta em um imposto de R\$ 120.000,00. Com o

projeto, o valor do tributo passará a R\$ 162.766.00, o que representa um aumento de 26%.

Vale notar que as maiores alíquotas e faixas também valem para doações, exceto para valores inferiores a R\$ 828.300,00, cuja margem é mais estreita e reduzida, o que resulta em menor progressividade e maior tributação.

Quanto ao valor venal do imóvel situado no Estado de São Paulo, é conhecida no TJSP a jurisprudência que determina que se aplique, como base de cálculo, o valor venal do IPTU ou o valor declarado pelo contribuinte para o ITR. Este entendimento decorre de interpretação restrita do artigo 13 da lei vigente do ITCMD (Lei 10.705/00), cujo texto o Poder Executivo tentou, por via oblíqua, alterar através do Decreto Estadual 55.002/09 para aplicar o valor de mercado à base de cálculo, representado pela planta de valores do ITBI. Diante disto, o PL 250/20 busca justamente corrigir a lei em vigor, para que os imóveis sejam tributados pelo valor de mercado, corrigindo o vício de legalidade apontado pela jurisprudência.

Outro ponto instigante atinge diretamente as chamadas holdings familiares, uma estrutura societária para onde são transferidos patrimônios pessoais, seja para dar mobilidade a estes ativos na hipótese de falecimento de um familiar, seja para obter questionável benefício tributário. Quanto à avaliação das quotas destas sociedades, o Projeto de Lei pretende desconsiderar o valor contábil de imóveis, quando presentes no ativo, e determinar a apuração do valor da

participação societária a partir do valor de mercado desta espécie de bem. A ideia, aqui, é justamente evitar perda de arrecadação pela avaliação contábil reduzida de imóveis.

O último ponto de destaque é a investida para incluir os planos de previdência privada complementar na herança. A intenção de tributar estes ativos se extrai da previsão de incluir suas entidades gestoras como responsável tributário na hipótese de transmissão *causa mortis* ou por doação. Esta tentativa não é estranha. Contudo, não tem sido bem sucedida. O Estado do Rio de Janeiro buscou incluir estes valores na base de cálculo da transmissão *causa mortis*, mas o Tribunal de Justiça fluminense entendeu pela inconstitucionalidade.

De toda forma, as alterações pretendidas estão em conformidade com aquelas adotadas pela maior parte dos Estados da Federação. Dois obstáculos, entretanto, podem frustrar o legislador paulista. O primeiro é a antecipação de planejamento sucessório e tributário antes da nova lei para evitar sua incidência; o segundo, a possibilidade de se realizar inventários extrajudiciais em outros Estados, levando para lá a tributação mais benéfica sobre os bens móveis (investimentos, por exemplo), cuja estratégia vem sendo validada por precedentes judiciais do país.

***Viviane Girardi é doutora em Direito Civil pela USP,
vice-presidente da AASP e sócia de Girardi Sociedade de**

Advogados; Daniel Bucar é doutor em Direito Civil pela UERJ e sócio de Advocacia Bucar Marano

Estados assumem protagonismo inédito nos últimos 90 anos

Falta de diretrizes nacionais da gestão Bolsonaro força governadores a definirem estratégias regionais de atuação

HENRIQUE GOMES BATISTA
henriquemg@oglobo.com.br
S10RPLAO

Sob o governo Jair Bolsonaro, os estados experimentam um protagonismo político só comparável ao da República Velha. Governadores, que até anos anteriores se concentravam em executar políticas estabelecidas por Brasília, agora precisam criar programas, diretrizes e projetos próprios, movimento contrário ao fortalecimento dos planos nacionais setoriais.

Este movimento de abandono de grandes diretrizes nacionais começou com a chegada de Bolsonaro ao Palácio do Planalto. E ganhou ainda mais força com a pandemia do novo coronavírus.

— O governo tem oferecido respiradores, algum material, mas a aversão do presidente à política de isolamento gerou situações contraditórias que comprometeram a melhor prevenção, sobrando aos estados a criação de modelos de distanciamento — diz Eduardo Leite (PSDB), governador do

Rio Grande do Sul. — Coordenação nacional fez falta.

Flávio Dino (PCdoB), governador do Maranhão, afirmou que pediu três vezes ao governo federal critérios para definir a retomada das atividades econômicas defendida por Bolsonaro, mas o Ministério da Saúde nunca respondeu. Ele afirma que não consegue definir seu calendário da retomada do ensino médio, pois não há definição de datas do Enem ou do ensino superior. Os governadores tentam se apoiar.

— Houve a intensificação de cooperações horizontais. No caso da retomada de atividades econômicas, um co-



“República Velha previa maior autonomia aos estados, não havia desequilíbrio. Hoje, tem”

Heloisa Starling,
historiadora da UFMG

pio o outro. Você troca informações até nos grupos de WhatsApp — diz Dino.

À frente de São Paulo, João Dória (PSDB) acredita que a compra de respiradores deveria ter sido centralizada e houve até situações de estados brigando entre si pelos equipamentos.

— O que existe é uma federação onde estados são tomadores de decisão. Isso enfraquece uma ação coordenada que poderia ser contributiva — diz Dória.

AUSÊNCIA DE PROPOSTAS

Muitos governadores afirmam que, indiretamente, Bolsonaro cumpriu uma promessa eleitoral: “Mais Brasil e menos Brasília”. Porém, não como planejado na campanha — quando significava mais atuação local do governo federal —, mas sim por ausência de propostas.

Um exemplo é o que ocorreu com o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Criado por lei em 2018, o projeto está com sua implementação abandonada pelo governo federal, segundo



Cooperação. Governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), em Brasília

governadores. Para os gestores, isso fez falta em situações como a crise de segurança pública vivida pelo Ceará no início do ano.

— Há uma ausência de diretrizes e políticas em várias áreas. Quando há uma concentração de recursos como o da União, com 70%, ela tem que definir estratégias. Mas com essa ausência, coube uma série de definições aos governadores — afirmou o governador da Bahia, Rui Costa (PT).

A historiadora Heloisa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), acredita que o atual protagonismo dos governadores na definição de políticas públicas só é com-

parável com o que existia durante a República Velha, cuja autonomia regional foi abandonada com o início da Era Vargas, em 1930.

— Mas naquele momento, a Constituição de 1891 previa grau de autonomia maior aos estados, não havia desequilíbrio na federação. Hoje, tem — afirma.

André Marques, professor de gestão e políticas públicas do Insper, afirma que esta redução do peso de Brasília decorre de uma desorganização histórica do governo federal e que isso dá uma sobrevida aos estados.

— Tirando a segurança pública, o protagonismo de políticas que mais afetam aos cidadãos no país eram

de responsabilidade da União ou das prefeituras, que tratam de temas mais próximos das pessoas, nas cidades — diz.

Especialistas e governadores afirmam que é difícil prever se o protagonismo dos estados irá continuar.

— Sou a favor de maior autonomia, a exemplo do que ocorre em outros países. A Alemanha tem um modelo em que o estado é muito forte. Aqui há concentração grande de recursos na União e, quando o governo federal não se move, o país fica paralisado — diz Rui Costa.

Procurado, o governo federal não comentou o protagonismo dos governadores.

Autorização de empréstimos a Estados preocupa Economia

Desde o início da pandemia, Senado aprovou US\$ 300,2 milhões em financiamento para governadores e prefeito

Por **Renan Truffi** — De Brasília

22/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O cabo de guerra entre Executivo e Legislativo por conta do risco de calote em empréstimos externos não impediu que os parlamentares continuem autorizando Estados e municípios a contraírem mais dívidas internacionais. Desde o início da pandemia, em março, o Senado aprovou US\$ 300,2 milhões, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, em financiamento para governadores e prefeitos abastecerem programas que não têm, necessariamente, qualquer relação com o combate à covid-19.

Ao todo, foram quatro empréstimos internacionais autorizados apenas no período da pandemia, ou seja, em três meses. Ainda que a União esteja despejando vultosos recursos para gastos emergenciais, os congressistas também validaram a aquisição de outras dívidas. As operações beneficiaram os governos de Alagoas, Paraná e as cidades de São Bernardo do Campo (SP) e São Gonçalo do Amarante (RN).

O Estado de Alagoas ficou com US\$ 136,2 milhões para obras de saneamento, urbanização e transportes. Paraná terá US\$ 50 milhões em função de um projeto de modernização da gestão fiscal. A cidade de São Bernardo do Campo solicitou US\$ 80 milhões para a recuperação e o ordenamento socioambiental de seus bairros. Por fim, o município de São Gonçalo do Amarante receberá US\$ 34 milhões para um programa de ações estruturantes. Os quatro empréstimos foram contratados em três organizações: Corporação Andina de Fomento (CAF), Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O aval para esse tipo de contratação preocupa a equipe econômica porque todas essas operações externas têm a garantia da União. Isso significa que, caso algum dos governadores ou prefeitos deixe de pagar suas parcelas, o governo federal tem de honrar os débitos para evitar uma inadimplência do Brasil no mercado internacional.

O assunto é foco de desgaste entre o governo e o Parlamento há algum tempo. Recentemente, o Congresso incluiu no projeto de socorro a Estados municípios um artigo que permitia a suspensão do pagamento desses empréstimos com instituições financeiras nacionais e internacionais. Nesse caso, o Tesouro Nacional teria de cobrir a inadimplência, pagando as parcelas em atraso e posteriormente cobrando a dívida dos governos locais.

O Ministério da Economia, no entanto, entendeu que o texto impede que o Tesouro Nacional faça os pagamentos. Isso levaria a uma situação de inadimplência com credores internacionais, o que desrespeitaria leis estrangeiras. Por conta disso, o presidente Jair Bolsonaro foi orientado a vetar o dispositivo. Mas o tema está longe de ser superado. Este veto deve ser avaliado nas próximas semanas e pode acabar sendo derrubado.

Mesmo com esse pano de fundo, o governo está evitando interferir nas votações que tratam de empréstimos internacionais. O receio é que o tema possa causar rugas numa relação já desgastada entre Palácio do Planalto e o Legislativo. Em vez

disso, os integrantes do governo têm trabalhado nos bastidores para “alertar” as bancadas estaduais sobre o assunto. O recado é que os prefeitos e governadores que não pagarem suas parcelas não terão direito a crédito novo.

“Se algum Estado suspende o pagamento de parcelas de empréstimo internacional, a União, como garantidora, tem que honrar essas parcelas”, explicou um interlocutor do governo. “Quem quiser se beneficiar da suspensão de pagamentos não terá acesso a crédito novo”, complementou.

Para se ter uma ideia do impacto fiscal, o Tesouro Nacional desembolsou apenas em maio R\$ 1,369 bilhão para honrar dívidas não pagas por dez Estados e dois municípios, de acordo com o Relatório de Garantias Honradas pela União. O valor honrado no mês passado foi 96,22% maior que o registrado no mesmo mês de 2019, de R\$ 696,92 milhões. No acumulado de 2020, foram bancados R\$ 4,247 bilhões em débitos, crescimento de 42,35% em relação ao ano passado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

3x mais forte que hialurônico! Novo ácido melhora até 63% da pele enrugada
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Mãe de Colorado adota duas crianças e mais tarde fica sabendo quem eles realmente são
DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Garçonete passa bilhete para um homem casado, e só depois esposa entende o que dizia.

70% das pequenas indústrias dizem que medidas do governo não chegam à ponta

88% das micro e pequenas indústrias afirmaram que estão sem acesso a crédito no momento para manter suas operações, segundo pesquisa

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

22/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

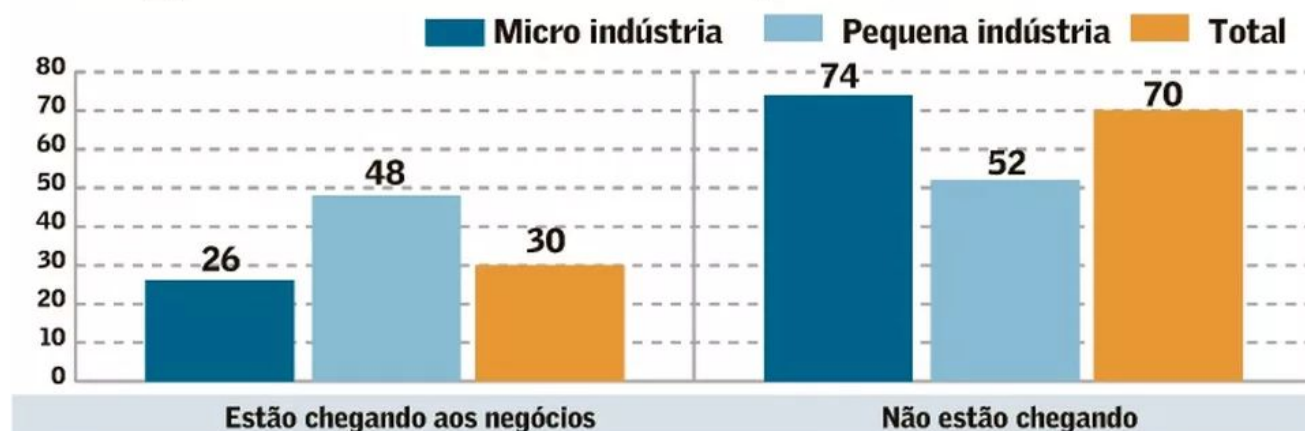
Efeitos da crise

Pandemia aumenta parcela de empresas em dificuldade - Em %



Crédito escasso

Percepção sobre eficiência das medidas do governo - em %



30% é a parcela de micro e pequenas empresas industriais que veem risco de falir ou entrar em recuperação judicial em 30 dias

Fontes: Datafolha e Simpi

Passados três meses desde a chegada da pandemia de covid-19 ao país, a dificuldade de acesso ao crédito para empresas de menor porte persiste. No caso das micro e pequenas indústrias de São Paulo, 70% dos empresários consultados pelo Datafolha em pesquisa encomendada pelo Simpi-SP avaliaram que as medidas governamentais de combate à crise não chegaram à ponta. “Vemos um rol de medidas que demonstram boa vontade, mas há dúvidas sobre sua eficácia”, avalia o presidente do Simpi, Joseph Couri. O Simpi é o sindicato que representa o setor no Estado.

Foram consultados 257 micro e pequenos empresários industriais entre os dias 6 e 15 de junho. Na enquete, 29% dos entrevistados informaram que tiveram algum cliente que deixou de comprar porque entrou em falência ou em recuperação judicial desde o início da crise. Com as medidas de isolamento social necessárias para enfrentar a pandemia, os recursos disponíveis em caixa das empresas são escassos, devido ao tombo da demanda.

Na cadeia de fornecedores dessas indústrias, essa taxa foi de 21%. O risco de falir nos próximos 30 dias é mencionado por 16% das empresas industriais ouvidas, enquanto 14% consideram entrar com pedido de recuperação no período.

Segundo Couri, os resultados do Boletim de Tendências refletem a ineficiência do socorro financeiro do governo para o micro e pequeno empresário. “Os problemas de acesso ao crédito vêm se agravando, o que coloca em risco os empregos gerados por essas empresas e a sobrevivência delas”, disse Couri.

De acordo com ele, os critérios usados pelos bancos privados para análise de crédito, como a exigência de que a empresa não tenha dívidas com o fisco, por exemplo, têm impedido que muitas das firmas de menor porte acessem as linhas de emergência criadas pelo governo.

No levantamento de junho, 88% das indústrias afirmaram que estão sem acesso a crédito no momento para manter suas operações. As empresas que avaliam o capital de giro como insuficiente são 62% do total.

E a grande maioria (79%) relata que o faturamento piorou em relação ao período anterior à crise, ao passo que 36% registraram vendas menores do que no fim de maio. O resultado se manteve igual para 43% das companhias entrevistadas.

O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que começou a funcionar na semana passada e tem cobertura de 85% da carteira de empréstimos, também deve ser de pouca ajuda para o setor na visão de Couri. “Não adianta o governo garantir até 100% da inadimplência, como está discutindo, se não mudar como é feita a análise de crédito, pelo sistema tradicional. Não vai liberar dinheiro algum”, criticou.

Com financiamentos restritos para os pequenos negócios de forma generalizada, apenas 8% dos empresários dizem não ter problemas com falta de pagamentos e calotes dos clientes. Já 42% deles notaram que a inadimplência subiu após a pandemia. “Isso agrava bastante o caixa das empresas”, aponta Couri.

A avaliação das micro e pequenas indústrias de São Paulo sobre sua situação financeira segue negativa, mas houve alguma melhora em relação ao início da crise. A parcela daquelas que classificam esse quesito como ruim ou péssimo ficou em 46% na medição atual, percentual que chegou a alcançar 64% na primeira edição do boletim, referente à primeira metade de abril.

O levantamento também mostra que, aos poucos, os negócios estão voltando ao normal. O percentual de empresas totalmente ou com a maior parte de suas atividades paralisadas caiu de 62% no fim de maio para 46% na primeira quinzena de junho. Entre as restantes, 23% já estão funcionando normalmente.

Em sentido contrário, o contingente de empresários que demitiram funcionários cresceu, de 28% no fim do mês passado para 32% na medição atual. Quase um quinto deles (19%) já dispensou mais de 30% de seu quadro de empregados.

Guedes negocia agenda pós-pandemia com Centrão

Ministro acelerou nos últimos dias as articulações em torno das reformas

Por Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta — De Brasília

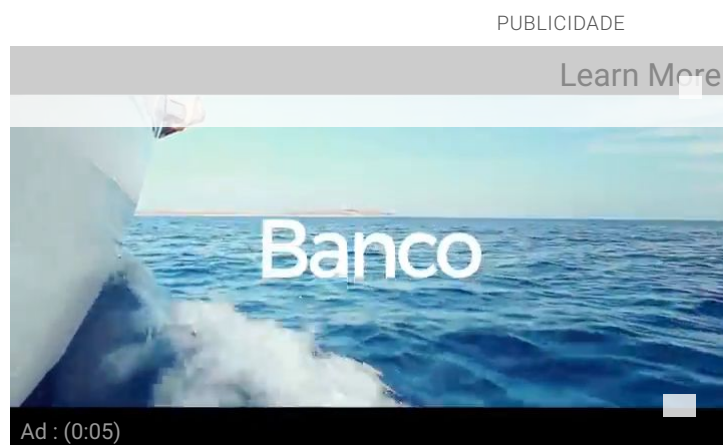
22/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Preocupado em evitar que a recessão contratada para este ano se converta em uma depressão econômica, o ministro da Economia, Paulo Guedes, acelerou nos últimos dias as articulações em torno das reformas, de olho na retomada da atividade no pós-pandemia.

Com exceção do Renda Brasil, novo programa que substituiria o auxílio emergencial e o Bolsa Família, a pauta continua a mesma que é prioridade desde antes do início do governo Bolsonaro: privatizações, estímulo à investimentos privados no saneamento, lei do gás e reforma tributária. O ministro, contudo, intensificou reuniões com parlamentares acreditando que a própria pandemia mudará as perspectivas de aprovação dessas propostas. Além disso, pela primeira vez, o presidente Jair Bolsonaro tem uma base parlamentar mais sólida no Congresso, após aproximar-se do Centrão. Se antes contava só com 50 deputados do PSL, agora a troca de cargos com partidos como PP, PL, PSD e Republicanos faz o Executivo acreditar que contaria com pelo menos 200 votos mais fiéis - além de partidos que costumam apoiar a agenda econômica, como DEM, PSDB, MDB, Cidadania e Novo.

Guedes reuniu-se individualmente com líderes de alguns desses partidos nas últimas duas semanas para conversar sobre essa agenda. A expectativa na área econômica é que o marco regulatório do saneamento seja o primeiro da lista a ser aprovado - o Senado marcou a votação para terça-feira. A nova lei impõe

investimentos de R\$ 700 bilhões até 2033 e estimula privatizações, em detrimento das empresas estatais.



Ads by Teads

Para uma tramitação mais rápida, o relator da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) deixou o texto tal como recebido da Câmara dos Deputados. Os pontos que precisariam ser mudados serão vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na opinião da área econômica, a aprovação será um sinal importante em favor do aumento de investimentos privados e mostrará aos investidores que o governo brasileiro e o Congresso estão dispostos a votar uma agenda de reformas. Deixar isso claro é importante, acreditam fontes, para evitar que um desânimo contamine a economia e derrube as projeções dos próximos anos.

Após o saneamento, Guedes tem trabalhado mais intensamente na lei do gás. O projeto quebra o monopólio da Petrobras na distribuição do combustível e está na pauta da Câmara. O deputado Laércio Oliveira (PP-SE), relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, diz que as reuniões para tentar retomar o assunto ocorrem há 30 dias e a intenção é levar o tema direto ao plenário da Câmara, já que as comissões não estão em funcionamento ainda.

O ministro também tem defendido a reforma tributária e outras privatizações, afirmou ao **Valor** o líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP), que viajou a Brasília esta semana para se encontrar com Guedes. “Ele está muito otimista em retomar a agenda econômica para mostrar que o país está empenhado nas reformas”, disse.

O líder do PSD, deputado Diego Andrade (MG), afirmou que o ministro está buscando conversar sobre a agenda para saber qual a disposição dos partidos em votar cada um dos projetos. “É muito importante esse contato, todos no PSD estão com disposição de ajudar”, disse.

No encontro, Guedes defendeu desonerar a folha na reforma tributária e programas para “flexibilizar” os direitos trabalhistas com a intenção de gerar empregos formais. Também pediu ajuda para aprovar a Medida Provisória (MP) 922, que altera regras para contratação de funcionários temporários no serviço público. Essa meta, contudo, será mais difícil já que a proposta precisa ser aprovada na Câmara e Senado até dia 29 (segunda-feira) para não perder a validade.

A nova fase de Guedes envolveu inclusive a entrega de cargos em bancos públicos, algo que ele era contra anteriormente. O ministro aceitou nomear alguém apadrinhado por PL e PTB para o comando do Banco do Nordeste.

A primeira escolha, contudo, acabou derrubada em menos de 24 horas quando foi divulgado que o nomeado era investigado por prejuízo bilionário na Casa da Moeda. Desde então, o ministro negocia com esses partidos um novo nome.

Além dos novos marcos regulatórios, Guedes depende do Congresso para destravar privatizações. O presidente Jair Bolsonaro tem cobrado mais celeridade.

A meta para este ano é privatizar: Eletrobras, Correios, Porto de Santos e Pré-Sal Petróleo SA (PPSA). Quer também abrir o capital da Caixa Seguridade. As duas primeiras dependem de autorização do Legislativo. **(Colaboraram Renan Truffi e Vandson Lima)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

[CAMAÇARI máscara protetora, veja.](#)

INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

Produtividade tem queda forte no 1º tri

Recuo de 1,7% do indicador em relação ao mesmo período de 2019 já reflete o impacto da pandemia

Por Sergio Lamucci — De São Paulo

22/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Veloso: paralisação da economia causada pela pandemia resulta em perdas imediatas na eficiência do processo produtivo — Foto: Leo Pinheiro/Valor

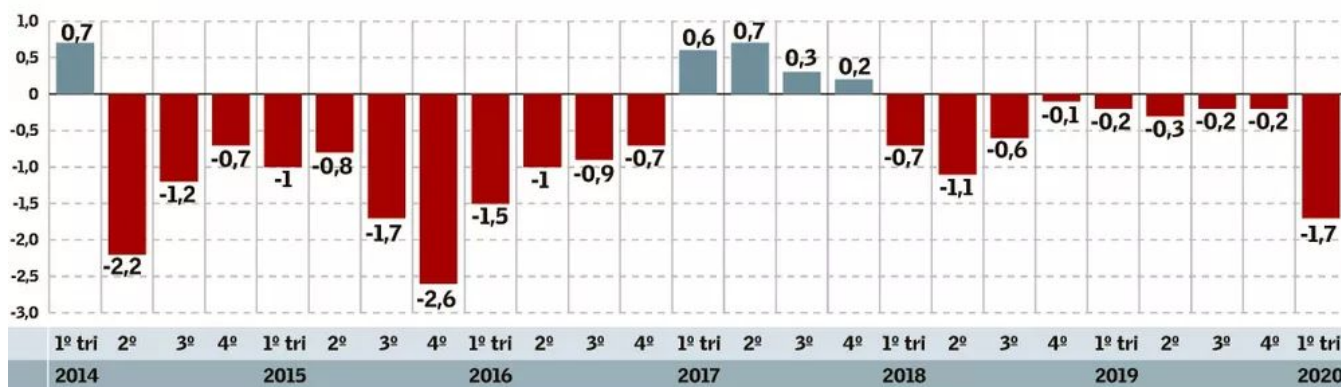
A produtividade na economia brasileira caiu com força no primeiro trimestre deste ano, recuando 1,7% em relação ao mesmo período de 2019, a maior queda desde a baixa de 2,6% do quarto trimestre de 2015. O tombo já reflete o impacto da

pandemia da covid-19, que agravou o quadro de retração da produtividade total dos fatores (PTF) iniciado no começo de 2018, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

“A paralisação da economia decorrente da pandemia resulta em perdas imediatas na eficiência do processo produtivo, com consequente redução da PTF”, diz o economista Fernando Veloso, pesquisador do Ibre/FGV. “No Brasil, como as medidas de distanciamento social só começaram a ser implementadas na segunda quinzena de março, os efeitos da pandemia sobre a produtividade não foram plenamente captados no indicador do primeiro trimestre.” Para ele, a PTF terá mais uma queda forte no segundo trimestre, provavelmente maior que a do primeiro.

Menos eficiência

A evolução trimestral da produtividade total dos fatores (em %)*



Elaboração do Ibre/FGV com base nas Contas Nacionais Trimestrais e Pnad Contínua (IBGE) e Sondagem da Indústria (FGV). * Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Medida da eficiência com que os fatores capital e trabalho se transformam em produção, a PTF tem registrado desempenho muito ruim no Brasil, apontando dificuldades para um crescimento a taxas mais altas de modo sustentado. Com o fim do bônus demográfico (o período em que a população em idade ativa cresce acima da população total), “a única forma de aumentar a renda per capita do Brasil nas próximas décadas será por meio da elevação da produtividade”, destacam, em nota, Veloso e os economistas Silvia Matos e Paulo Peruchetti, também pesquisadores do Ibre/FGV.

Na recessão que durou do segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016, a PTF teve um desempenho muito negativo, recuando em todos os 11 trimestres do período de retração econômica. Em 2017, a produtividade subiu, crescendo a uma

média de 0,45% por trimestre. Em 2018, porém, o indicador voltou ao vermelho, e desde então já amargou nove trimestres consecutivos em queda.

Veloso observa que esse comportamento é de fato atípico. “Quando comparamos com outros períodos recessivos e de recuperação desde o fim da década de 1990, observamos que a queda da PTF durante a recessão mais recente de 2016 foi bem maior que em episódios anteriores”, diz ele. Além disso, a retomada foi bem menos vigorosa na comparação com períodos que se seguiram a recessões anteriores, especialmente as taxas negativas registradas desde o primeiro trimestre de 2018, destaca Veloso.

Para ele, isso reflete em grande medida o elevado nível de incerteza da economia brasileira no últimos anos. Isso fica claro no resultado do Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) do Ibre/FGV, que está em patamar muito elevado desde o segundo semestre de 2015, nota Veloso. “Em uma situação em que não existe clareza sobre a direção da política econômica, os empresários postergam investimentos e contratações formais. Como as empresas formais são mais produtivas que a informais, o aumento da informalidade nos últimos anos provavelmente teve consequências negativas sobre a PTF.” Para piorar o indicador de incerteza do Ibre/FGV teve um salto enorme em março e abril, com a eclosão da pandemia. Saiu de 115,1 pontos em fevereiro para 210,5 pontos em abril, recuando em maio e também na prévia de junho, mas segue muito alto, em 187,2 pontos.

“Existem fortes razões para acreditar que ela permanecerá acima do nível já elevado que prevaleceu desde o segundo semestre de 2015, por causa dos riscos referentes à situação fiscal, ao ambiente de negócios e de natureza política”, diz Veloso, que vê um futuro pouco animador para a economia brasileira. “No pós-pandemia, provavelmente teremos um padrão semelhante ao observado no período de recuperação da recessão de 2014-2016, caracterizado por recuperação lenta da economia, baixo investimento, informalidade elevada e produtividade em queda. Apenas a combinação de estabilidade política com retomada da agenda de reformas poderá alterar esse quadro”, avalia ele.

Na visão de Veloso, a reforma tributária e a reforma administrativa são especialmente relevantes. “Mas a agenda é ampla, incluindo maior abertura econômica, privatizações e concessões de infraestrutura, além da implementação de

medidas importantes na área de crédito, como a operacionalização do cadastro positivo e o open banking”, afirma o economista.

Sem aumentar a produtividade, o Brasil estará condenado a crescer pouco. “O bônus demográfico contribuiu para que a renda per capita crescesse acima da produtividade durante muitos anos, mas ele se esgotou. Outros fatores, como o aumento da taxa de participação na força de trabalho [a parcela da população em idade ativa que está empregada ou procurando emprego], também permitiram que a renda per capita crescesse a taxas superiores às da produtividade, mas esse fator também contribuirá menos nas próximas décadas”, diz Veloso, lembrando que a produtividade avança a um ritmo fraco desde os anos 1980. “Portanto, a única forma de melhorar o bem-estar da população daqui em diante será fazer com que os trabalhadores se tornem mais produtivos.”

No estudo, Veloso, Silvia e Peruchetti lembram que uma das medidas mais amplamente utilizadas para tratar de ganhos de eficiência é a produtividade do trabalho medida pelo valor adicionado gerado por trabalhador ou por hora trabalhada. “Essa variável, no entanto, não permite avaliar o grau de eficiência com que são utilizados os recursos produtivos”, escrevem eles. “Um indicador que permite essa análise é a produtividade total dos fatores, que leva em consideração não somente a produtividade da mão de obra, mas também a eficiência do uso de capital.”

Veloso diz que, segundo o indicador do Ibre/FGV de produtividade do trabalho trimestral, a produtividade por hora trabalhada teve queda de 1% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano passado. “Nossas estimativas preliminares também indicam forte queda da produtividade do capital no primeiro trimestre”, afirma ele. A nota sobre a evolução da PTF será publicada no site do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Ibre/FGV, batizado em homenagem ao economista, um dos principais estudiosos do assunto no Brasil, que morreu em 2017.

Receita quer aumentar arrecadação do ITR

Fisco cria equipe para estimular prefeitos a fazer convênio com o órgão e dobrar valor arrecadado

Por **Andrea Jubé** — De Brasília

22/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Sizenando Oliveira, supervisor da equipe da Receita: “A gente percebe a desigualdade no recolhimento do tributo porque há uma subavaliação da terra nua” — Foto: Divulgação

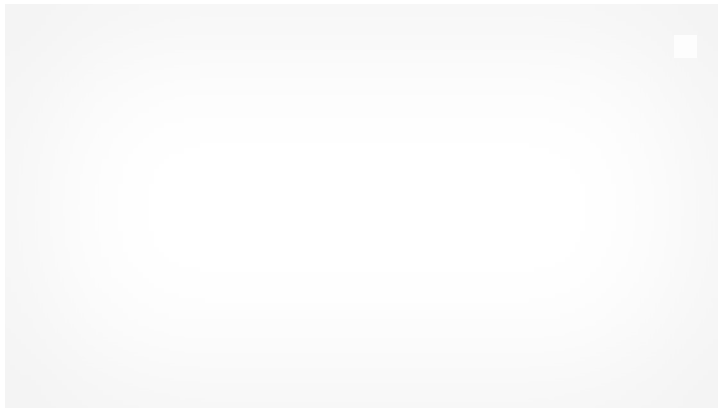
Em paralelo à discussão da reforma tributária no Congresso, a ser retomada no pós-pandemia, a Secretaria da Receita Federal e o Instituto Escolhas, associação da sociedade civil sem fins econômicos, agem para esclarecer os prefeitos sobre caminhos para aprimorar e ampliar a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR).

É o principal tributo sobre propriedade rural, mas que responde por menos de 1% da arrecadação federal: pelo valor irrisório, ganhou o apelido de “imposto dos dez reais”.

No mês passado, a Secretaria da Receita Federal criou a equipe nacional especializada em ITR para estimular os prefeitos a celebrarem o convênio com o órgão a fim de pelo menos dobrarem a arrecadação. Pela regra em vigor, metade da arrecadação fica com a União e metade com os municípios. Se as prefeituras assumirem a fiscalização e cobrança do tributo, ficam com 100% do total arrecadado.

Números levantados por um estudo realizado pelo Instituto Escolhas revelam que cinco milhões de propriedades que respondem por todas as commodities agrícolas do país pagaram R\$ 1,4 bilhão de ITR em 2018. Esse valor representa 15% do que a cidade de São Paulo arrecadou com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) no mesmo ano: R\$ 9,9 bilhões.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A baixa arrecadação do ITR surpreende sobretudo num cenário de franca expansão do agronegócio, que cresceu 3,8% em 2019, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e passou a representar 21% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Embora os estudos recomendem uma modernização da legislação, que remonta a 1996, uma regulamentação administrativa para estabelecer que o Valor da Terra Nua (VTN) corresponda ao valor de mercado ensejaria por si um aumento significativo da receita.

Um dos cenários projetados pelo trabalho do instituto substituiu o Valor da Terra Nua utilizado no cálculo do imposto e declarado pelo proprietário rural pelo real valor de mercado da propriedade. Essa projeção identificou um potencial de arrecadação de R\$ 5,8 bilhões - R\$ 4,3 bilhões a mais do que o arrecadado em 2018 no país.

“A gente percebe a desigualdade no recolhimento do tributo porque há uma subavaliação da terra nua”, explicou o supervisor da equipe especializada da Receita, Sizenando Oliveira. O imposto é calculado a partir da simples declaração do proprietário sobre o Valor da Terra Nua.

Segundo Oliveira, os dados mostram que municípios próximos vizinhos têm o Valor da Terra Nua diferente, mesmo com características iguais, e fazendas confrontantes, com o mesmo valor por hectare, recolhem montantes divergentes. “Isso faz presumir a subavaliação de algum dos proprietários”, reforçou.

O baixo número de prefeituras conveniadas e a desigualdade na arrecadação - mais intensa no Sul e Sudeste, e deficiente no Norte e Nordeste - levaram a Receita a se voltar para o ITR. Hoje apenas 1.200 dos 5.570 municípios celebraram convênio com a Receita. O objetivo é ampliar esse universo para 1.500 prefeituras neste ano, e pelo menos 2.000 no ano que vem.

Simultaneamente, o Instituto Escolhas desenvolveu a plataforma online #Quantoé? para que os prefeitos possam simular o ganho na arrecadação municipal se, pelo menos, adequarem o valor do imposto ao valor de mercado da terra nua.

Uma das conclusões do estudo do instituto é de que as alíquotas devem ser revistas. “A legislação foi mal desenhada e isso facilita a evasão fiscal”, diz o economista Bernard Appy, um dos coautores do estudo “ITR: justiça tributária e incentivos ambientais”, idealizado pelo Instituto Escolhas.

“A lei do ITR foi mal desenhada até na definição das alíquotas, que vão de 0,03% até 20% sobre o VTN”, diz Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e ex-secretário-executivo e ex-secretário de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda. Segundo o economista, a alíquota inicial é irrealista, é quase uma isenção, enquanto o teto de 20% também é irrealista, porque pode ser confiscatório. Ele explica que há uma enorme quantidade de guias de ITR emitidas no valor de R\$

10,00, baseadas na alíquota mínima e porque este é o mínimo legal para a emissão do DARF.

A Prefeitura de Ribas do Rio Pardo, em Mato Grosso do Sul, é um dos 1.200 municípios conveniados com a Receita, que arrecada cerca de R\$ 10 milhões ao ano com o ITR. Fontes da Prefeitura relatam que quando houve a revisão do VTN pela fiscalização, os produtores locais “choraram um pouco”, mas depois a realidade se impôs.

Em depoimento ao Instituto Escolhas, o secretário da Fazenda de Rio Verde (GO), Ênio Freitas, disse que “quase teve uma queda de braço” com os produtores rurais por causa do reajuste do ITR com base no valor de mercado da terra. Mas ao fim, mediante diálogo, houve compreensão, e o compromisso de que a receita seria aplicada em melhorias para o setor produtivo.

“No bojo de uma discussão de reforma tributária, de uma crise fiscal do país, a gente resolveu olhar para esse imposto”, diz Jaqueline Ferreira, gerente de Projetos do Instituto Escolhas. “A gente observou que o ITR não teria como cumprir as funções para as quais foi desenhado [arrecadação e justiça fiscal] porque o instrumento é falho, e por isso resolvemos indicar as mudanças necessárias. Simulamos o impacto na arrecadação e ficamos surpresos com os resultados”, completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Não podemos acreditar quem é a namorada de Leilane Neubarth
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

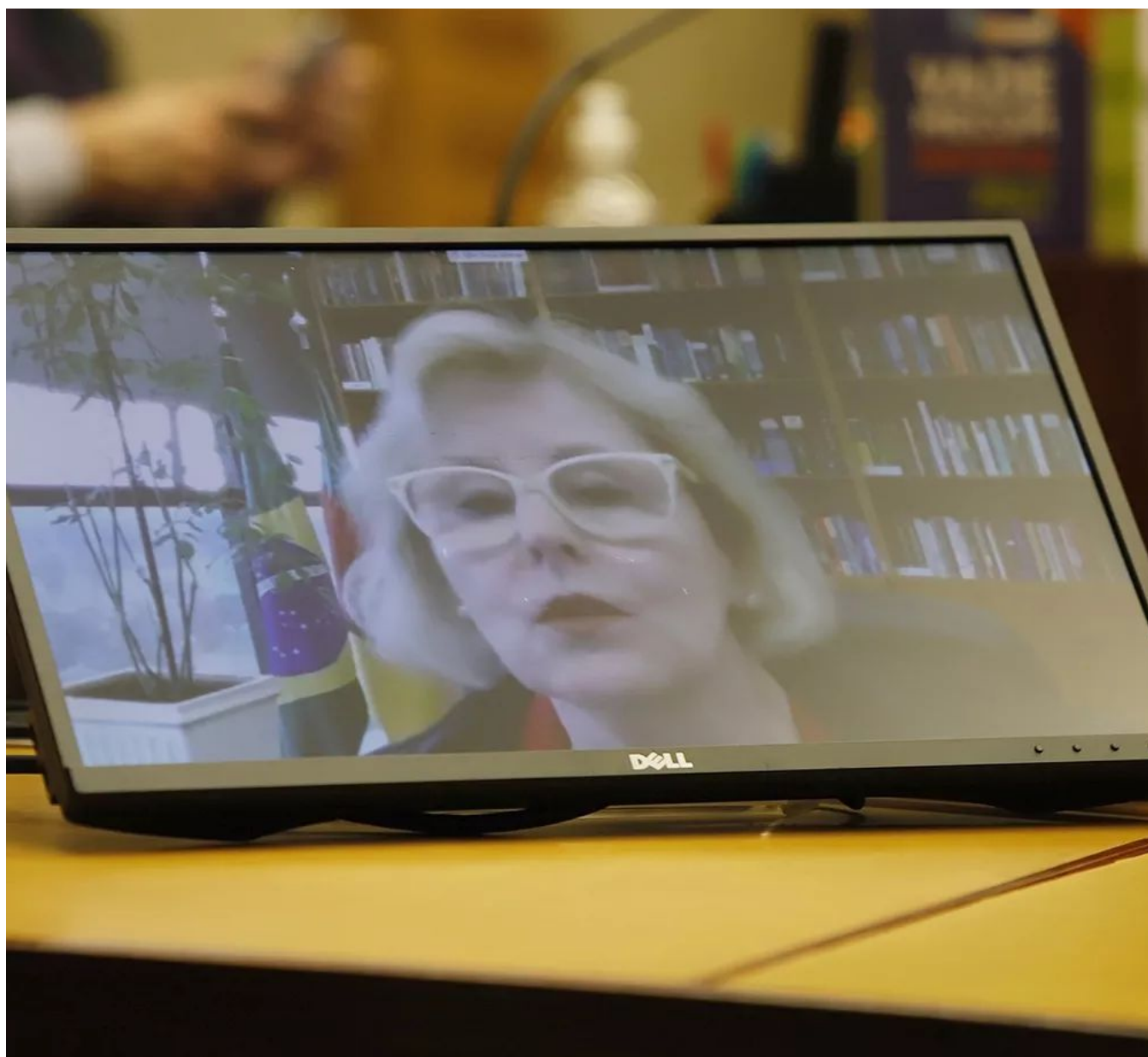
Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

Relatora no Supremo vota pelo fim da contribuição ao Sebrae

Em julgamento virtual, suspenso por vista, ministra ainda defende devolução de valores

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

22/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



A cobrança de 0,6% sobre a folha de salário das empresas destinada ao Sebrae, à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) foi considerada inconstitucional pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje, as três entidades sobrevivem praticamente com o valor arrecadado com essas contribuições.

A ministra é a relatora do processo que discute a constitucionalidade da cobrança, o RE 603624. Esse recurso foi colocado em julgamento no plenário virtual na última sexta-feira e logo após o voto de Rosa Weber, o ministro Dias Toffoli, presidente do STF, pediu vista, suspendendo a análise.

Não há ainda uma nova data prevista para que a discussão seja retomada e os demais ministros também apresentem seus votos. O posicionamento de Rosa Weber, no entanto, já provoca alvoroço no mercado. A ministra, além de votar pelo fim da cobrança, entende que as empresas têm direito a receber de volta o que pagaram nos últimos cinco anos.

Segundo consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Sebrae deixaria de receber R\$ 3,5 bilhões ao ano e o impacto, levando em conta a devolução do que foi pago nos últimos cinco anos, seria de R\$ 19,8 bilhões. Já para a Apex estão previstos R\$ 520 milhões em perdas anuais, mais R\$ 2,9 bilhões para ressarcir os contribuintes. No caso da ABDI, os valores seriam, respectivamente, de R\$ 85 milhões e R\$ 420 milhões.

Essas três entidades dividem a arrecadação gerada pela alíquota de 0,6% sobre a folha das empresas. Do total recolhido, 87,75% é direcionado ao Sebrae, 12,25% à Apex e 2% à ABDI. Essa alíquota faz parte do pacote que pode chegar a 5,5% sobre a folha de salários que corresponde ao Sistema S, Inkra e Salário-Educação - essa alíquota varia conforme a atividade da empresa.

Prevalecendo o entendimento de Rosa Weber, afirmam advogados, as empresas poderão utilizar a decisão como precedente para discutir as demais contribuições, o

que provocaria um efeito cascata sobre todo o Sistema S.

Sobre o Incra, especificamente, a tributarista Valdirene Lopes Franhani, do Lopes Franhani Advogados, destaca já existir recurso, com repercussão geral reconhecida, para ser julgado pelos ministros do STF. “E a discussão jurídica é a mesma”, frisa. Trata-se do RE 630.898.

Há dúvida em relação a essas contribuições porque a Emenda Constitucional nº 33, de 2001, alterou a redação do artigo 149, parágrafo 2º da Constituição Federal. Passou a constar no texto que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico “poderão” ter alíquotas com base no faturamento, receita bruta ou valor da operação e, no caso de importação, no valor aduaneiro - não incluindo, portanto, a folha de salários.

A discussão é saber se o rol que passou a constar no artigo 149 é exemplificativo, por causa do verbo “poderão”, ou é taxativo e apenas o que consta nesse texto pode servir como base para o cálculo das contribuições.

No caso do Sebrae, a alíquota sobre folha de salários está instituída na Lei nº 8.029, de 1990. “Se o Supremo declarar a cobrança inconstitucional, uma nova só será possível se houver um novo processo legislativo e for instituída uma nova base de cálculo, com base no que consta no artigo 149 da Constituição”, diz o advogado Rafael Ristow, sócio do Bonaccorso, Cavalcante, Oliveira e Ristow Advogados.

O entendimento da ministra Rosa Weber é de que as contribuições ao Sebrae, Apex e ABDI não poderiam ser exigidas desde 12 de dezembro de 2001, data de início de vigência da Emenda Constitucional nº 33. Para ela, a questão tratada no artigo 149 “configura sensível evolução do sistema constitucional tributário brasileiro” de substituir “a tributação da folha de salários”.

“Contribuindo, assim, para o combate ao desempregado e ao sistemático descumprimento das obrigações laborais e tributárias das empresas, designado pelo eufemismo de ‘informalidade’, que leva à marginalização jurídica de expressiva parcela dos trabalhadores brasileiros”, afirma no voto.

Rosa Weber cita um julgamento anterior, o RE 559937, que tratou em 2013 sobre a constitucionalidade da base de cálculo do PIS/Cofins-Importação. Os ministros decidiram, de forma unânime, que deveria ser respeitado o que consta no artigo 149 da Constituição. Ou seja, o texto seria taxativo e não exemplificativo.

Oito dos 11 ministros que decidiram dessa forma, no ano de 2013, ainda estão na Corte. Se mantiverem o entendimento de seus votos - a exemplo do que já fez Rosa Weber - haverá maioria para tornar inconstitucional a cobrança ao Sebrae, Apex e ABDI. Os ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes são os únicos que não estavam presentes naquele julgamento.

“A questão, agora, é saber se manterão os seus posicionamentos e como tratarão da modulação do efeitos, já negada pela ministra relatora”, diz o advogado Rafael Ristow.

Tanto as entidades afetadas como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) defendem que o rol previsto no artigo 149 é exemplificativo. “A Constituição Federal e demais leis, sempre que quiseram fazer um rol taxativo resolveram com a própria gramática. Poderão é diferente de deverão”, disse em vídeo disponibilizado aos ministros o advogado Alexandre Krueel Jobim, que representa o Sebrae no caso.

Carlos Roberto Siqueira de Castro, advogado da Apex e da ABDI, também por meio de vídeo enviado aos ministros, afirmou que a mudança na Constituição, pela EC nº 33, foi editada para atender a desregulamentação do setor de combustíveis. “Para evitar distorções entre o produto interno e o importado. Isso está claro na exposição de motivos”, frisou.

Portanto, acrescentou o advogado, “em momento algum” pretendeu o legislador interferir na contribuição endereçada ao Sebrae, Apex e ABDI. “A importância social da Apex e da ABDI para o mercado exportador e para o desenvolvimento industrial é inestimável. Se o recurso for provido, haverá agudas e maléficas consequências econômicas”, afirmou Siqueira de Castro.

O advogado representante do Sebrae, Alexandre Krueel Jobim, também tratou do impacto para as micro e pequenas empresas. “Cerca de 98% dos pequenos e micro negócios são efetivamente financiados, capitaneados, instruídos e fomentados pelo

Sebrae”, disse aos ministros. No ano passado, o Sebrae realizou 11 milhões de atendimentos a pessoas físicas e jurídicas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

[CAMAÇARI máscara protetora, veja.](#)

INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

3x mais forte que hialurônico! Novo ácido melhora até 63% da pele enrugada

NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Mãe de Colorado adota duas crianças e mais tarde fica sabendo quem eles realmente são

DO IT HOUSES

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Grupo Pão de Açúcar vende três lojas de subsidiária por R\$ 183 milhões

VALOR INVESTE

Vale vende participação minoritária na PT Vale Indonésia

VALOR INVESTE

Guedes promete ‘acelerar’ reformas em 60 a 90 dias, mantendo combate à pandemia

Risco fiscal freia corte de juros pelo Copom

BC vê com cautela projeção que indica inflação muito baixa

Por Alex Ribeiro

22/06/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

As projeções do Banco Central apontam uma inflação bem abaixo da meta de 2021, ano que é atualmente o principal objetivo da política monetária. Numa situação como essa, o natural seria seguir cortando os juros para estimular a economia e tentar levar o índice de preços para mais perto do alvo. Mas o BC está ameaçando parar. Se der algum estímulo adicional, será residual. Como explicar?

A razão é que o BC, hoje, não confia muito na sua projeção central de inflação. Em reunião na semana passada, como ocorre em todas as demais, o seu Comitê de Política Monetária (Copom) examinou outras projeções de inflação. Algumas apontam uma inflação mais alta, assumindo como premissas uma piora no quadro fiscal ou que os programas de crédito e de transferência emergencial de renda atenuem a queda da economia provocada pela pandemia. São riscos fiscais que freiam maiores cortes de juros.

BC vê com cautela projeção que indica inflação muito baixa

Normalmente, essas chamadas projeções alternativas são mantidas em sigilo pelo prazo de oito anos. O diretor de Política Econômica do BC, Fabio Kanczuk, é a favor de divulgá-las mais cedo, nos relatórios trimestrais de inflação, mas ainda não indicou quando pretende abri-las. A próxima edição desse documento, de junho, será publicada na quinta-feira, acompanhada de apresentação de Kanczuk e de entrevista do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

A projeção central do Copom aponta uma inflação de 3,2% em 2021, bem abaixo da meta do ano, que é de 3,75%. Quanto seria possível cortar os juros, atualmente em 2,25% ao ano, para levar a inflação à meta? Muitos analistas econômicos calculam que, de forma conservadora, seria possível baixá-los mais do que 1 ponto percentual.

Fosse em outras épocas, quando o Copom sinalizava o espaço para cortes futuros de juros por meio de suas projeções de inflação, seria possível afirmar que a taxa Selic poderia se aproximar de 1% ao ano. Mas a comunicação mudou desde Kanczuk assumiu. O espaço para cortar os juros é dado pelo valor médio ponderado de várias projeções de inflação do Banco Central, a maior parte das quais não é divulgada. Por isso é tão importante conhecer as projeções alternativas de inflação do Copom.

O comunicado divulgado na semana passada pelo Copom dá uma ideia qualitativa dessas projeções alternativas. Um conjunto dessas projeções, do lado positivo, aponta uma inflação menor do que 3,2% em 2021 se a pandemia se prolongar, aumentando a incerteza e levando famílias e empresas a pouparem mais e gastarem menos. Nessas condições, a demanda cairia ainda mais, puxando para baixo os índices de preços.

Mas há dois conjuntos de projeções que apontam inflação mais alta do que 3,2%. Num deles, a resposta dos governos e Congresso à pandemia pioram a situação fiscal de forma prolongada ou a falta de consenso político inviabiliza as reformas. Nessa situação, os investidores passariam a exigir um prêmio de risco maior para emprestar ao governo, aumentando o chamado juro neutro.

Nesse ponto, é bom notar que há uma diferença entre a visão do BC e de alguns participantes do mercado sobre o impacto da deterioração fiscal nos juros neutros. Aqui e ali, analistas dizem que a âncora fiscal não foi rompida, já que ainda vivemos sob o regime de teto de gastos. Esses analistas reconhecem que, em algum momento, pode haver uma ruptura, como o abandono do teto de gastos. Mas, até lá, o juro neutro não teria por que mudar.

Kanczuk tem afirmado, porém, que o risco fiscal se expressa no juro neutro de forma contínua. Os agentes de mercado incorporam nos preços dos ativos, desde já,

os riscos dessa ruptura. Isso poderia ser observado nas medidas de risco país usadas pelo mercado, como o CDS, e nas expectativas de indicadores fiscais, como a relação entre a dívida e o PIB.

Outro conjunto de riscos que podem fazer a inflação ficar acima dos 3,2% projetados no cenário central está relacionado aos programas de crédito e de renda emergencial criados pelo governo. Para o Copom, o risco é esses estímulos fazerem a demanda agregada cair menos do que o estimado pelo BC. O corpo técnico do BC vem fazendo vários cálculos sobre o impacto desses programas na inflação e, certamente, simulações foram apresentados aos membros do Copom na semana passada.

Há alguns dias, Kanczuk apresentou um exemplo meio extremo apenas para ilustrar como esses programas podem afetar o grau de ociosidade da economia. Suponha, disse ele, que o governo tivesse feito um programa muito bem sucedido de transferência emergencial de renda que fizesse todos os trabalhadores ficarem em casa, sem se preocupar com perda de renda no presente ou no futuro. Esses trabalhadores, segue o raciocínio, iriam manter o nível de consumo, mas deixariam de produzir no período. Nessas circunstâncias, o nível de ociosidade da economia pareceria grande, se alguém olhasse o nível de utilização da capacidade produtiva. Mas a demanda estaria rodando acima da oferta na economia.

Esse, repita-se, é um exemplo extremo, mas ilustra o risco de que a capacidade ociosa da economia ser menor do que, à primeira vista, sugere apenas o impacto primário da pandemia na demanda, sem levar em conta a reação do governo.

Kanczuk argumenta que deve haver uma correspondência entre a inflação corrente (medida pelos núcleos), o grau de ociosidade e as expectativas de inflação. Os núcleos rodam muito baixos, em 2,1%, e Kanczuk vem dizendo que pelo nível de ociosidade estimado por muitos analistas a economia deveria entrar em deflação por um bom tempo. Mas os analistas projetam inflação não tão longe da meta. Feita a conta da frente para trás, resulta em um nível de ociosidade não tão grande como alguns estimam.

Juntando todas as peças, o BC projeta inflação abaixo da meta, em 3,2%, mas não bota muita fé nesse cenário. Ele acredita que as chances de superar o projetado são

maiores do que o de ficar abaixo. É a media ponderada dessas projeções que diz o espaço para corte de juros e leva o BC a concluir que, no momento, ele é residual.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

CAMAÇARI máscara protetora, veja.
INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Garçonete passa bilhete para um homem casado, e só depois esposa entende o que dizia.
FREE HUB

LINK PATROCINADO

Filho (10) estava desaparecido há dois anos — mas quando seu pai olhou atrás do guarda-roupa...
FACTS 2 GO

LINK PATROCINADO

Método natural que faz crescer cabelos vira febre em Camaçari
NUTROMAIS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Avaliação do governo Bolsonaro deixa de piorar, segundo pesquisa da XP

'País terá déficit por mais de uma década'

Para Paulo Tafner, flexibilizar teto seria suicídio coletivo

Por **Leila Souza Lima** — São Paulo

22/06/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Paulo Tafner, pesquisador da Fipe: é imperativo retomar o crescimento com mais justiça social, o que não significa mais gastos, mas cortar privilégios — Foto: Urbano Erbiste

Aumento da tributação é uma saída muito provável para se tentar calibrar a enorme pressão das despesas extras geradas pela pandemia da covid-19 nas contas públicas a partir deste ano, avalia o economista Paulo Tafner, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe-USP). Mas, ao fazer isso, comprime-se o potencial de crescimento, adverte ele, um dos principais especialistas

em Previdência do país. Segundo Tafner, o país se verá num ambiente de déficit primário por mais de uma década - enorme frustração para os que já apostavam, antes da crise, numa retomada mais forte do atividade. Para Tafner, a dívida bruta, que fechou 2019 em 76% do PIB, deve alcançar entre 95% e 97% do PIB ao fim de 2020.

Na visão de Tafner, contudo, a solução pactuada pelos três poderes deveria vir pelo consenso de se fazer cortes nos gastos e retomar a pauta de reformas, incluindo até uma rediscussão sobre Previdência. Contrário a qualquer flexibilização no teto de gastos, ele classifica essa possibilidade como "suicídio coletivo": "Quer aumentar gasto? Aumenta carga tributária", diz ele. A seguir, os principais trechos da entrevista.

“

Vão pensar que, se o governo está flexibilizando teto, vai flexibilizar pagamento da dívida”

Valor: *Como o senhor vê o aumento do déficit primário e da dívida bruta, que pode chegar perto de 100% do PIB neste ano?*

Paulo Tafner: A gente já estava numa situação de bastante fragilidade. Com a pandemia, não poderia ser diferente. Tivemos expansão de gastos acentuada. Minha previsão é que não chegue a 100%, chega perto. Em torno de 95% a 97% do PIB, o que é muito alto. O mais grave é que vamos conviver, por conta disso, com déficit [primário] por mais de uma década, o que fragiliza o país, e a retomada mais forte do crescimento. Mas contra a pandemia, não há o que fazer. É preciso que Executivo e Legislativo entendam que é hora de discutir seriamente as reformas, para retornar à trajetória de redução da dívida, e do déficit primário. A emergência da covid é grave e importante. Mas a estrutura fiscal do país também é.

Valor: *Mas o senhor vê risco de descontrole, ou a piora fiscal é restrita a 2020? Temos em perspectiva enorme pressão por gastos.*

Tafner: É óbvio que neste momento de pandemia combinado com calendário eleitoral, há pressão por aumento de gastos. Apesar da enorme renovação

parlamentar, vemos a continuidade de um apetite voraz por consumir recurso orçamentário, e não há mais recurso orçamentário. Ao aumentar despesa, a gente vai ter que aumentar carga tributária, e isso comprime o potencial de crescimento do país. Aí vamos entrar numa armadilha perigosa, um país de dimensões continentais, com população numerosa, condenado por uma ou duas décadas à estagnação.

Valor: *O cenário vislumbrado pela área econômica para os próximos anos é algo hoje fora da curva?*

Tafner: Não é que se perdeu toda a probabilidade de retomada, mas tudo ficou mais difícil. É crucial andar com as reformas. O Judiciário também precisa bloquear essa judicialização exagerada. Isso não significa ferir autonomia dos poderes. Não há sentido em medidas tomadas pelo Congresso, dentro dos trâmites normais, serem atrasadas por juiz.

Valor: *Mas nós estamos num cenário político conturbado.*

Tafner: Sim, mas temos que impedir o naufrágio econômico. Tendo a acreditar, embora existam casos excepcionais, que as pessoas fazem tudo, menos suicídio. Forças políticas e lideranças empresariais precisam sentar à mesa e definir prioridades. E com imperativo importante: retomar o crescimento com mais justiça social, o que não significa mais gastos, mas cortar privilégios.

Valor: *Há quem defenda mudanças do teto de gastos, para aumentar investimentos, por exemplo.*

Tafner: Sou absolutamente contra mexer no teto, tem que ser cumprido. Aquele que propõe romper o teto de gastos está dando o passo para suicídio coletivo. Há um limite, e dentro desse limite temos que nos tornar eficientes. Quer aumentar gasto? Aumenta carga tributária.

“

A reforma da Previdência conteve o déficit. Mas foi uma vitória do passado e a derrota do futuro”

Valor: *Qual seria o efeito de uma mudança no teto hoje?*

Tafner: Instabilidade nos mercados. Vão pensar que, se o governo está flexibilizando o teto, ali na frente, vai flexibilizar pagamento da dívida. Ou seja, começa a ficar mais caro tomar emprestado. Se um sujeito está te devendo e pede mais para comprar um carro, você vai concluir que o próximo passo é um calote. E o país é tão primitivo nessa discussão que ainda tem quem proponha não pagar a dívida.

Valor: *O senhor acha necessário aumentar impostos para cobrir o rombo fiscal da pandemia?*

Tafner: Se a classe política entender que o caminho é não cortar gastos, teremos novo aumento de impostos. Vai subir aí mais dois, três pontos do PIB. O teto de gastos é importante, porque dispara gatilhos. Se a gente não escolher esse caminho, vai ter que aumentar imposto; e ao fazer isso, você reduz o PIB potencial.

Valor: *O que o senhor acha do auxílio emergencial de R\$ 600?*

Tafner: Acho que havia necessidade de garantir renda na pandemia. Sobre o valor, acho exagerado. R\$ 600 por mês por indivíduo não é pouca coisa. Em muitas cidades, já se sabe que houve aumento da renda disponível, o auxílio não era para isso. Era preferível que fosse um valor menor, com perspectiva de o pagamento se estender por mais tempo.

Valor: *E quanto às fraudes?*

Tafner: Isso foi em decorrência da emergência da situação. O governo não teve condições imediatas de cruzar todas as bases de dados na hora da concessão. Tem que aprimorar, mas quem fraudou sabia que estava fraudando. Tem que haver responsabilização, com devolução do dinheiro.

Valor: *Há discussão sobre um programa de transferência de renda mais amplo que o Bolsa Família. O sr. é favorável?*

Tafner: Sou a favor, e a discussão mais forte é em torno de um benefício voltado para crianças e jovens. Acho que faz sentido, porque o Brasil, por diversas razões, abandonou suas crianças e seus jovens. A gente investe em criança muito menos que investe em idoso. Participo de um grupo que está trabalhando nisso. Na prática, pode ser universal, com dedução de imposto de renda. Para os mais pobres, seria transferência direta. Mas tem que criar cortando benefícios não eficientes e focados, fazer escolhas.

Valor: *O senhor tem ideia de formato para esse programa?*

Tafner: Seria melhor um benefício prioritariamente para domicílios em que há ausência paterna. Já sabemos que, em média, são os mais pobres. E a regra número 1 é que não pode ter aumento de despesa, corta-se o que não é eficiente. E tem que ter custo efetivo, com ganho de capital humano, redução de pobreza, ganho de mobilidade social.

Valor: *Qual a importância da reforma da Previdência para a sustentabilidade das contas públicas?*

Tafner: A reforma foi uma vitória importante, conteve a trajetória do déficit. Atacou também alguns privilégios. Foi mais severa com o servidor público do que com o trabalhador da iniciativa privada. Ajustou nossa idade de aposentadoria ao padrão internacional e ao padrão demográfico brasileiro. Mas foi uma vitória do passado e derrota do futuro.

Valor: *Por que derrota?*

Tafner: Primeiramente, nosso sistema de repartição é insustentável. Perdemos a oportunidade, por exemplo, de fazer a capitalização brasileira, híbrida, com garantia de renda mínima. Estava na proposta Arminio-Tafner [em parceria com o ex-presidente do BC Arminio Fraga]. Você estimula a formação de poupança e reduz o custo do trabalho. A alíquota previdenciária para manter o sistema hoje é 32%. Num sistema equilibrado, cai para 16%. Isso significa estímulo ao emprego.

Valor: *E o segundo ponto?*

Tafner: Não estabelecemos regras universais para todo o trabalhador. O jovem que entra no mercado saberia que é indiferente ser pelo setor público ou privado. Com a capitalização, receberia de aposentadoria o que poupasse. Muda o cálculo e a decisão, que pode ser por ser mais feliz.

Valor: *O senhor acha então que teremos que fazer em breve nova reforma? Em que prazo?*

Tafner: A gente controlou o déficit por 20 e poucos anos, mas ele volta a crescer. No próximo governo, temos que fazer essa proposta e começar a discutir já.

Valor: *Em sua visão, quais os impactos da parada brusca na economia em razão da pandemia?*

Tafner: O impacto não é homogêneo. É muito mais profundo, duradouro e severo para os segmentos de renda mais baixa e informais. Meu desejo é que economias como EUA, China e da União Europeia se recuperem rápido, e o Brasil volte a crescer junto. Mas tudo dependerá de como a economia mundial se ajustará.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

CAMAÇARI máscara protetora, veja.
INCRÍVEIS OFERTAS

LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem
ARTICAPS

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia
VARIZERO

LINK PATROCINADO

3x mais forte que hialurônico! Novo ácido melhora até 63% da pele enrugada